



VENDA PROIBIDA

Valente >

Revista das trabalhadoras e trabalhadores do Judiciário Catarinense | ano 5 | número 9 | setembro 2024



Reportagem especial

> “Tem hora que eu tenho desgosto de ser mulher”: resistência e luta

Narrativas

> A R. de abril - Quem é esta Mulher?

Coletivos

> De grupo de mulheres a dirigentes sindicais: a trajetória política do Coletivo Valente



Diretoria Executiva

Presidenta - Carolina Rodrigues Costa

Vice-presidente - Helio Lentz Puerta Neto

Secretária-Geral - Ellen Caroline Pereira

Primeira Secretária - Nedi Teresinha de Villa Moreira

Secretária de Finanças e Patrimônio - Cristiane Müller

1º Tesoureiro - Luiz Carlos Cela Zolet

Secretária de Estudos Socioeconômicos e Formação Sindical - Soraia Joselita Depin

2ª Secretária de Estudos Socioeconômicos e Formação Sindical - Jaqueline Alexandra Maccoppi

1ª Secretária de Imprensa e Divulgação - Ivone Ester Vidal Borges

2º Secretário de Imprensa e Divulgação - Rodrigo Correa Simon

1ª Secretária de Assuntos Jurídicos - Claudia Helena Coradi

2º Secretário de Assuntos Jurídicos - Samuel Santos Silva

1ª Secretária de Política Sindical - Ignez Busnello Durgante

2ª Secretária de Política Sindical - Liliane Fatima de Araujo

1ª Secretária de Cultura, Promoção Social e Esportes - Ângela Daltoé Tregnago

2º Secretário de Cultura, Promoção Social e Esportes - Claudio Oneres Heinzen

1ª Secretária de Aposentados - Shirlei Lucia Daltoe Berger

2ª Secretária de Aposentados - Valfrida de Oliveira

Conselho Fiscal

Daniele Burigo Marques Heinzen

Alessandra Ludwig

James Hulbert Alberton

Camila Linhares Pivatto Cordova

Arnaldo Nazareno Borges

Representantes Regionais

Eneas Luiz Cesconetto

Rafael Rovaris

Andrea do Nascimento Viana

Vinicius Souza Schardong

Cristiane Ferreira de Melo

Sidnei Furlan

Alessandro Schotten Becker

Gustavo Meneghetti

Antonio Carlos Alves Dias

Alba Lucia Fernandes

Julio Cesar Schneider Correa

Alesandro Jorge Pickcius

Andre Minotto Portela

Ricardo Schmitt Maes

Fabiana de Macedo Soares Silva

Hermes de Oliveira

Cleusa Inacio

Nathan Gabriel Gassenferth

Rosilene Aparecida da Silva Lima

Gustavo Gouvea Villar

Aderbal Carlin do Prado Junior

Celia Regina Capeleti

Joyse Joliet Giovanella

Adriana Ballerine Antunes da Silva

Leonir Martins Pereira

Willians Cesar Peres

Ivone Coelho

Luiz Nascimento Carvalho

Constantino Azevedo do Nascimento

Claudia Liliane Viana

Divinamir de Oliveira Pinto

Isabel Luzia Fuck Bittencourt

Vilmarize Terezinha Bughay Wilkosz

Noeli Bock Alles

Iolete de Jesus

Ivete Tedesco Cambri

Dalmo Gerson Muniz

Adriana Regina Modesti

Simone Martins de Castilhos Godoy

Tadeu Cristiano Gasperim

Tatiana Maria Schossler

SINJUSC
Sindicato



@sinjusc.sc



(48) 9 9642-6874



SINJUSCTV



@Sinjusc



> Sumário

4 | Editorial



Entrevista

Luci Choinacki

Pág. 5

15 | Artigos

Por mais representatividade feminista na política em 2024

| Aline Covolo Ravara

17 Política por elas: Projetando a reconfiguração de uma construção social

| Cátia Cilene Diogo Goulart

19 As mulheres na política

| Divinamir de Oliveira Pinto

21 Não há ação política mais revolucionária que o cuidado

| Lígia Moreiras

23 Violência Política de Gênero: considerações para as eleições municipais

| Emmanuella Denora

25 O cuidado como dilema ético: a quem interessa esse silenciamento?

| Carmem Lúcia da Silva

27 Privilegiados?

| Haydée Fernanda Loppnow

29 Mulheres na política: passos lentos

| Cleonice Bison

“Tem hora que eu tenho desgosto de ser mulher”: resistência e luta

Por Ellen C. Pereira

Pág. 10

31 | Coletivos

A sub-representação das mulheres negras nos espaços de poder e decisão

| Rosilene Aparecida da Silva Lima

33 De grupo de mulheres a dirigentes sindicais: a trajetória política do Coletivo Valente

| Cristiane Müller, Daniele Burigo e Ângela Daltoé Tregnago

35 | Narrativas

A R. de abril - Quem é esta Mulher?

| Maris Tonon*

38 | Sugestões Valente

Por Camila Betoni

Editorial

A transformação que queremos ver

A cada nova edição da revista Valente, um pouco da nossa esperança se renova. Vemos isso a partir deste conjunto de escritos que vocês lerão nesta edição. Não porque saibamos as respostas e queremos ensinar caminhos ou porque aqui haverá um manual de sobrevivência. Mas porque, juntas, nós, mulheres, conseguimos pensar rotas alternativas. Juntas, acreditamos na possibilidade de transformação do nosso entorno. Essa renovação na esperança de um futuro possível está associada ao fato de que as mulheres estão muito mais engajadas em pensar no amanhã, na infância, em alternativas para o colapso do meio ambiente e para o fim da violência e, portanto, na política.

A cada oportunidade, nos valemos da revista como instrumento para levantar nossa voz. Usamos esta publicação para amplificar ideias que, se não fossem aqui compartilhadas, talvez ficassem adormecidas num notebook ou numa rede social pequena. Nesta ferramenta, não. Aqui, a gente equaliza numa frequência que só a gente sabe, parafraseando a cantora Pitty.

Dentre os temas que mais nos preocupam, a política sempre nos despendeu grande valor emocional e falar disso em ano de eleições pode aclarar nossos caminhos. Então, trouxemos a temática como central nesta edição. Quão importante é a nossa participação dentro das instituições públicas como representantes do povo, nosso papel atuante na saúde da mulher e pessoas com útero, o desassossego com as famílias sem moradia digna e com a crise climática, a maternidade e a precarização do mercado de trabalho! São temas que possuem confluência e se apresentam em maior intensidade nas áreas periféricas, atingindo fortemente a população negra.

Em época de redes sociais ávidas por fake news, podemos prever que teremos uma campanha eleitoral dura para as mulheres, uma vez que somos alvo número um da violência política de gênero. A consequência disso é o afastamento das mulheres dos espaços políticos, o medo de expor a si mesmas e suas famílias, o sexismo e machismo cruéis a que somos submetidas quando colocamos nossos nomes em público e assumimos um posto, um microfone e algum poder.

São inúmeras as razões que afastam as mulheres do protagonismo político. Apesar disso, percebemos que quanto mais participativas nos espaços de poder, em maior grau tornamos robusta a frágil democracia, que só poderá ser verdadeiramente fortalecida quando estivermos lá em cima em igualdade de gênero, juntas por uma política plural, diversa e inclusivista.

A valentia do mulheril está em nossas mãos por meio deste instrumento de organização de ideias, construído coletiva e horizontalmente. Aqui, proseamos na mesma língua e, sentindo onde os sapatos nos apertam, podemos extravasar as indignações e lentamente seguir rumo à diminuição das diversas violências que nos atravessam todos os dias.

Mãos à obra, juntas para contribuir com a mudança de rumos que queremos para nosso país.

Ótimas leituras, Valentés!



Ouçã o áudio deste editorial

Expediente



Valente é uma revista do Sindicato das Trabalhadoras do Judiciário Estadual de Santa Catarina

Jornalista responsável:
Alana Pastorini (MTB 0072648/SP)

Revisão:
Ana Araujo Comunicação e Mobilização Social

Projeto gráfico e diagramação:
Tárik Assis Pinto

Ilustrações:
Carlione Barbosa Ramos
@ayo.carli

Gravação de textos:
Fábia Hafermann SC/JP 3278

Captação de voz e edição:
Studio 74 Musical

Tiragem:
3 mil exemplares

Contato:
0800 701 1690
www.sinjusc.org.br
sinjusc@sinjusc.org.br

Os artigos de opinião são de responsabilidade das autoras e, por isso, as mesmas devem ter cuidado com a autenticidade das informações apresentadas.

conselho editorial



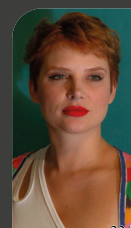
Josiane Censi



Cátia Cilene Diogo Goulart



Aline Covolo Ravara



Jaqueline Maccoppi

> Entrevista



ouça o áudio
desta matéria

“A terra é a minha mãe. Ela me fortalece, me dá energia, me dá poder”

Por Alana Pastorini*

Natural de Descanso, oeste de Santa Catarina, Luci Choinacki tem 40 anos de estrada política e outras tantas décadas de manejo da terra. Foi a primeira mulher agricultora eleita deputada estadual por Santa Catarina, em 1987, e deputada federal por três mandatos entre 1991 e 2015. Exponente da luta pelo reconhecimento de direitos das mulheres do campo, como a previdência social e o salário maternidade, Luci agora descansa dos debates políticos em Rio Rufino/SC, mas sem perder a ânsia de lutar pelos direitos das mulheres. A Revista Valente trouxe essa potência para a 9ª edição.



Crédito: Divulgação / Contraponto
– Documentário “Luci e a Terra”



> O que é fazer política?

É um ato de grande amor ao povo. Eu comecei a fazer política pelas propostas que combinavam com as da Pastoral da Terra, da igreja libertadora católica, comandada por Dom José Gomes, de Chapecó. Me encontrei na política por meio de propostas como direito à terra, ao trabalho, à dignidade das mulheres, ao pão, à saúde pública e gratuita, à educação. Mas a política não é neutra, ela tem lado. E o meu é o lado social, humanitário, ambiental. O lado do amor. A política é necessária. Tudo se decide através dela. Não existe nenhuma decisão, a melhor do planeta e a pior, se não é pensada pelos políticos.

Através da política, a gente conquistou a aposentadoria para as mulheres agricultoras, salário maternidade e outros direitos. Se a gente não participasse da política, isso não ia acontecer. A política faz a diferença quando a gente tem compromisso com



> Entrevista

uma causa social. Para mim, foi um ato de amor e continua sendo uma coisa linda. Fiz com tanta devoção, com tanto amor e dedicação que, muitas vezes, esquecia de mim mesma.

> **As mulheres ainda precisam cavar espaço nos locais de poder. O que te encorajou a buscar esses lugares?**

Foi um sonho de infância. Eu sempre fui uma liderança na escola e na comunidade. Quando não consegui estudar, tive que ficar em casa trabalhando para ajudar minha mãe e parecia que a minha vida, meus sonhos, tinham acabado. Daí, eu recuperei os sonhos com a Pastoral da Terra e as Comunidades Eclesiais de Base. A gente fazia reuniões para discutir a Bíblia e as perguntas vinham: O que a gente vive? O que vamos fazer? Sempre com ações. Com isso, fomos descobrindo que não tínhamos direito. Principalmente as mulheres, que não tinham direito a nome, só ao sobrenome do marido. A gente não tinha

"A política é necessária. Tudo se decide através dela, não existe nenhuma decisão, a melhor do planeta e a pior, se não é pensada pelos políticos".

documento. Nem identidade, nem título de eleitor. Não tinha sindicalização, nenhum benefício de previdência, não tinha nada.

Então, começamos a descobrir que éramos um apêndice, alguém que contribuía, sem valorização nenhuma. O bispo Dom José Gomes, que foi uma figura extraordinária, começou a ensinar dizendo que as mulheres tinham direito e que a gente precisava se organizar. Primeiro, se reconhecer; segundo, se organizar; e terceiro, batalhar e

não desistir nunca. E eu acreditei nessas palavras tão fortes, tão sábias, tão amorosas e transmitia isso o tempo inteiro. Foi de onde a gente tirou a iniciativa, a coragem, a vontade e a decisão de fazer o Movimento de Mulheres, organizar o Movimento Sem Terra (MST) e também de barragens (MAB) e fazer a luta social.

> **Como começou a sua trajetória política?**

Eu não era nenhuma apaixonada por política e minha família também não. Certo dia, em 1982, vieram à comunidade algumas autoridades e falaram do PT e da vida política. E eu fiquei tão feliz porque foi ao encontro com o que discutíamos e era ensinado na Pastoral da Terra: o direito à terra, ao respeito, à aposentadoria, educação, saúde pública gratuita. Coisas que a gente não tinha. Hoje, as pessoas não entendem o quão importante é o acesso à saúde pública, sobretudo no interior. A gente tinha que rezar para não ficar doente e não precisar vender a única vaca de leite. Tinha que se virar do jeito que podia. Então, eu me apaixonei desde a primeira hora. Logo, me filiam ao PT e as coisas andaram mais rápido do que eu imaginava. Eu não pedi para entrar. Aconteceu. Foi um acontecimento extraordinário na minha vida.

> **Desde o início da sua trajetória na política até os dias atuais, onde melhoramos e qual o caminho daqui pra frente?**

Em sentidos econômicos e sociais, melhorou bastante. As mulheres agricultoras, pescadoras artesanais, garimpeiras, que trabalhavam em regime de econo-

Crédito: Divulgação / Contra-ponto – Documentário "Luci e a Terra"





mia familiar, sem carteira assinada, que produziam em casa, na roça, em todo lugar, não tinham nenhum direito. Hoje, todas as mulheres agricultoras acima de 55 anos têm direito à aposentadoria. Quando nasce um filho, elas têm direito ao salário-maternidade, também ao auxílio-doença e outros benefícios, como os demais trabalhadores. O reconhecimento do trabalho doméstico das donas de casa também foi super importante. Esses direitos vieram com o movimento organizado, feito por mulheres agricultoras, que me elegeram deputada exatamente para levar essas bandeiras ao congresso. Claro que os homens participaram, mas a maioria era de mulheres acreditando que eu era a legítima representante dessas forças, desses anseios, desses sonhos. Eu representei e batalhei para conquistarmos esses direitos.

> **Quais projetos você destacaria em seus anos de parlamento?**

Os mais importantes foram a aposentadoria das agricultoras e pescadoras; salário-maternidade; a defesa de um projeto de agroecologia com sustentabilidade, pensando na saúde humana, na natureza em todos os sentidos; a valorização das empregadas domésticas e o reconhecimento da sua profissão; a valorização da agricultura familiar e dos direitos desses agricultores; e a questão do SUS como um direito universal. Eu instituí o Dia Nacional da Agroecologia, em homenagem à Ana Maria Primavesi (precuradora da agroecologia no Brasil) e fiz uma frente parlamentar em defesa da agroecologia e da produção orgânica. Meu trabalho sempre foi na linha social, de inclusão e preservação da vida.



Crédito: Geraldo Magela - Agência Senado

> **Como lutar em um sistema que não defende você?**

É um desafio permanente e constante na mente, no espírito, nas ações, nas atitudes. Nunca foi fácil e nunca será. É preciso ter um espaço para poder lutar e a gente construiu esse espaço por meio dos movimentos. Tivemos uma rebaixada grande nos direitos das mulheres, principalmente com esse governo ignorante que passou (Governo Bolsonaro). Espero que a gente possa se recompor e que as representações políticas de esquerda olhem para essa trajetória das mulheres e as coloquem na pauta, não apenas como decoração, mas na pauta de movimentação política, que é o que tá faltando hoje.

> **Nós, mulheres, fazemos escolhas políticas pra nascer, crescer e sobreviver. Cansa, né? Acredita que um dia será diferente?**

Em todo lugar que eu vou, eu faço tudo com amor. Eu não

pedi pra entrar, ser deputada. Eu amava trabalhar na terra, como amo hoje. Se eu fosse parlamentar, eu ia estar sempre ligada à natureza. O que eu faço é com amor. A terra é a minha mãe. Ela me fortalece, me dá energia, me dá poder. Hoje, estou trabalhando na terra. Pra mim, tá sendo um prazer. E eu fico pensando: meu Deus, será que foi verdade que eu estava lá em Brasília, viajei para várias partes do mundo defendendo a terra, defendendo os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras? Parecia que isso era impossível. Eu amo o que eu faço, sempre. Não faço nada por obrigação, faço por amor.

> **Se voltasse pro parlamento, o que faria?**

Primeira coisa seria defender o respeito às mulheres, às crianças, aos idosos que estão passando por perrengues grandes, e a terra como mãe da produção de alimentos saudáveis. Pensar a terra como uma partilha, não como exclusão. As pessoas vão saindo para a cidade e os campos vão ficando vazios. Campo sem gente é campo triste. É campo que não floresce.



> Entrevista



Crédito: Divulgação / Contraponto – Documentário “Luci e a Terra”

Precisa ter gente no campo produzindo a diversidade. O agronegócio faz a sua parte comercial. Mas nós precisamos de alimentos básicos fundamentais pra que o ser humano tenha saúde, energia, paz de espírito, conexão com a natureza e com Deus.

> Pensando na utopia da luta, qual o teu sonho para as mulheres agricultoras?

Que as mulheres entendessem que nada é em vão. Que precisam batalhar, amar a terra e não sair do campo. Abraçar a terra como uma dádiva, como uma coisa sagrada. Porque sem ela, a gente não tem raiz.

> Se você tivesse que explicar para um leigo, o que é a luta “da” e “pela” terra?

Um movimento de pessoas totalmente abandonadas à margem da sociedade, que sonham ter um pedaço de terra para plantar, colher seu alimento e criar

seus filhos em paz. E tem tanta terra! Não precisa uma pessoa ou dois, três fazendeiros acumularem tudo. Dá para repartir. O Brasil tem muita terra que não está sendo utilizada, onde pode ser feita a reforma agrária dando condições aos trabalhadores e trabalhadoras rurais para produzir seus alimentos e criar seus filhos.

> Como a tecnologia está impactando a produção no campo?

O sistema esmaga. As tecnologias são muito caras e seletivas. É uma expulsão, elas vão selecionando apenas os mais ricos para produzir. Por isso, o agricultor familiar, o assentado, precisa pensar: ele precisa produzir seu leite, a galinha, seu porquinho, ter seu aipim, sua batata doce, seu inhame, seu amendoim, sua pipoca, seu feijão, tudo que for possível. E depois que produz para seu consumo, que é o fundamental, produzir para comercialização. Mas primeiro tem que pensar na sua família, na sua vida. Fazer da sua casa, do seu pedacinho de terra, o seu supermercado, a sua farmácia, a sua vida.

“Dá para repartir o Brasil. Tem muita terra que não está sendo utilizada, onde pode ser feita a reforma agrária”.

> A roça é o futuro?

Sem campo, sem terra, sem água, sem animais, não existe paz na terra. Pode ver o caos que, muitas vezes é, onde se amontoa muita gente, com a falta de comida. E o campo está cada dia mais esvaziando de gente. Então, estar no campo, produzindo, amando a terra, dando ensinamento, é uma dádiva divina.

E eu vou dizer: o campo é vida.



*Alana é jornalista e coordenadora de comunicação do SINJUSC.



> Reportagem especial

“Tem hora que eu tenho desgosto de ser mulher”: resistência e luta

Por Ellen C. Pereira*

“2 de julho... Levantei, acendi o fogo e mandei o João comprar 10 de açúcar. Bateram no barracão. Os filhos falaram: - É o pai da Vera. / - É o papai - ela sorria para ele. / Eu é que não fiquei com a tal visita. Ele disse-me que não levou o dinheiro lá no Juiz porque não teve tempo. Mostrei-lhe os sapatos da Vera que estão furados e a água penetra. / - Quanto pagou isso? / - 240. / - É caro. / ... Ele deu-me 120 cruzeiros e 20 para cada filho. Ele mandou os filhos comprar doces para nós ficarmos sozinhos. Tem hora que eu tenho desgosto de ser mulher. Dei graças a Deus quando ele despediu-se.” (Carolina Maria de Jesus - O Quarto de despejo, diário de uma favelada).

“Tem hora que eu tenho desgosto de ser mulher”. É assim que Carolina encerra seu diário em dois de julho de 1959 após se despedir do pai de sua filha, que veio lhe dizer que não entregou o dinheiro porque não teve tempo de ir ao juizado, enquanto ela, a mãe, se deparava com os sapatos furados da criança, os quais vertiam água adentro. No contraponto da suposta falta de tempo do pai, sabe-se que Carolina teve uma vida como catadora - até ser reconhecida como escritora -, e que, diariamente, abaixo de chuva e de sol, recolhia papelão pelas ruas de São Paulo. O resultado desse trabalho precarizado mal lhe permitia alimentar as/os filhas/os e a si mesma. Por isso, não me





> Reportagem especial



ouça o áudio
desta matéria

estranha suas horas de *desgosto em ser mulher*. Uma mulher preta, mãe, periférica, que conseguiu retratar, em seus escritos, as durezas que formam esse Brasil.

Gostaria muito de iniciar esse texto com algo mais otimista. No entanto, como mulher negra diretora de um Sindicato e ante meu compromisso na luta de classes, não posso deixar de dizer sobre aquilo que me toca de diferentes formas enquanto mulher trabalhadora e, por conseguinte, como dirigente sindical. Aqui, não pretendo comparar minha condição de vida com a de Carolina, mas a trago para falar dos pilares que nos forjam enquanto sociedade, visto que em seu escrito posso capturar quase que um retrato do nosso país.

Pensar uma política sindical comprometida com a transformação social pressupõe compreender os aspectos históricos que nos formam enquanto classe trabalhadora em um país de capitalismo dependente, forjado a partir da invasão e expropriação protagonizada pelo mundo branco ocidental sobre o nosso território, e que transformou as diferenças existentes entre os povos em desigualdades que nos assolam até os dias atuais e que tão bem são retratadas por Carolina de Jesus.

A primeira pergunta é: o que permitiu que esse território tenha sido invadido e expropriado? Anne McClintock (2010, p. 57) faz uma contribuição central nesse campo, assinalando que esta terra na qual pisamos e construímos nossas vidas hoje, equipara-se à leitura da virgindade dentro das percepções patriarcais. Para a autora, “em narrativas patriarcais, ser virgem é estar vazia de desejo e de atuação sexual, aguardando passivamente o ímpeto da inseminação masculina da história, da linguagem e da razão”, assim, “nas narrativas coloniais, a eroti-

zação do ‘espaço virgem’ também faz uma apropriação territorial”. Afinal, “se a terra é virgem, os povos colonizados não podem reivindicar direitos territoriais originários”. Por conseguinte, “o patrimônio masculino e branco é assegurado violentamente, assim como a inseminação sexual e militar de um vazio interior. [...]” (McCLINTOCK, 2010, p. 57).

Longe de produzir anacronismos, quero evidenciar que esse tempo que vivemos é também o tempo marcado por aquilo que nos constitui historicamente. Mas não só, também pelos horizontes que pretendemos construir. Dialeticamente, se esse horizonte tem como perspectiva uma crítica ao mundo desigual no qual vivemos, ele não pode ser destituído da memória das violências que forjaram o Brasil.

Nesse sentido, importante dizer que a desigualdade, esta que abordo, ela é de classe; mas no interior dessa mesma classe, há a misoginia, o machismo, o sexismo. As mesmas perspectivas patriarcais que permitiram a “invasão e expropriação” deste território, deste corpo. Isso porque, nas leituras de McClintock (2010, p. 58) com a qual convergimos, as “[...] mulheres são a terra que está para ser descoberta, penetrada, nomeada, inseminada e, acima de tudo, possuída”.

Se pensarmos a atualidade, essa invasão, do ponto de vista do patriarcado, é sentida por nós mulheres e torna-se expressa sabendo que enquanto estou aqui, escrevendo uma única frase, duas mulheres estão sendo estupradas! É isso mesmo: de acordo com os dados disponíveis em matéria da Carta Capital, a cada minuto, duas mulheres sofrem estupro no Brasil (SILVA, 2023). Agora, se quisermos pensar a ótica da invasão considerando que vivemos em uma sociedade

de classes, podemos falar dos grandes monopólios ocupando esse território. Esse que é reconhecido como um dos maiores produtores de alimentos do mundo, mas que no ano de 2022 segundo a Oxfam, registrou mais de 30 milhões de pessoas sem terem o que comer (OXFAM, 2022).

Ao tratar da expropriação, podemos considerar que dentro de uma mesma sociedade, essa classe trabalhadora composta por homens e mulheres é marcada pela desigualdade de gênero quando os dados indicam que mulheres recebem salários inferiores aos dos homens mesmo exercendo as mesmas funções no mercado formal de trabalho. E que, além disso, somos nós, mulheres, responsabilizadas pelas esferas de reprodução social da vida – tanto dos trabalhos domésticos que perpassam, entre outras demandas, o preparo da alimentação que assegura a ida de toda família ao trabalho diariamente, quanto no campo do cuidado, com filhos/as e demais familiares que, dentro da lógica do capital, correspondem a mais força de trabalho disponível para regulação de seu valor.

Já ao abordarmos a expropriação desde um olhar de classe, podemos afirmar que o valor da nossa força de trabalho, de brasileiras/os é rebaixado sob a perspectiva de uma superexploração. Afinal, um dos elementos que permitem a relação de poder dos países centrais com os países periféricos de capitalismo dependente – como o é o Brasil – é justamente o fato de nossa força de trabalho ser pior remunerada. O excedente dessa força de trabalho mal paga é correspondente ao lucro das grandes empresas monopolistas. Essa má remuneração pode ser vista nas diferenças salariais entre homens e mulheres, mas não só. Ela se evidencia também na sua possibilidade de



justificativa com base nas desigualdades constituídas desde o aspecto racial, ou seja, do racismo. Mesmo entre as mulheres, para McClintock (2010, p. 58), "o mito da terra virgem apresenta dilemas específicos, com importantes diferenças para as mulheres coloniais e para as colonizadas [...]". Ou seja, mulheres originárias e escravizadas foram submetidas a outras formas de violência, o que nos coloca, portanto, mais um aspecto que configura as estruturas de nossa sociedade.

Os exemplos até aqui discutidos evidenciam que classe social e gênero-patriarcado são estruturalmente indissociáveis, mas ainda insuficientes para explicar a realidade brasileira. Afinal, foi o trabalho escravizado que possibilitou a acumulação primitiva do capital propiciando a constituição do capitalismo na Europa. Os resultados desses processos evidenciam-se na atualidade quando pessoas negras e/ou não brancas, mesmo sendo a maioria das/os brasileiras/os, ocupam os maiores índices de desigualdade social. Neste lugar, nós mulheres negras e/ou não brancas somos sujeitadas à base dessa pirâmide social.

Os aspectos refletidos até aqui apontam que existe uma diversidade dentro da classe trabalhadora, e que essa diferença que nos constitui enquanto pessoas no mundo foi transformada em desigualdade a partir do recorte de gênero-patriarcado e de raça-etnia, em uma sociedade que se forja na violência contra corpos não correspondentes àqueles dos homens brancos-ocidentais, os quais invadiram e expropriaram esse território que é um corpo passível de violência por representar justamente a diferença daquilo que foi tido como "padrão e referência de civilidade e humanidade". Assim, os corpos e territórios, passíveis

"Pensar uma política sindical comprometida com a transformação social pressupõe compreender os aspectos históricos que nos formam enquanto classe trabalhadora".

de violência e violação são justamente aqueles que saem desse enquadramento, quais sejam - pessoas não brancas, mulheres, pessoas com deficiência.

Parece um nó, não é? Heleieth Saffioti (2015) define essas relações exatamente a partir deste conceito, assinalando uma indissociabilidade entre exploração e opressão, ou seja, entre classe, gênero-patriarcado e raça-etnicidade. Para a pensadora, "a imagem do nó não consiste em mera metáfora; é também uma metáfora", no entanto, mais do que isso, demonstra que esses três pilares se "constituem eixos estruturantes da sociedade". (SAFFIOTI, 2015, p.83). Ainda, sinaliza que "efetivamente, o sujeito, constituído em gênero, classe e raça/etnia, não apresenta homogeneidade" visto que "dependendo das condições históricas vivenciadas, uma destas faces estará proeminente, enquanto as demais, ainda que vivas, colocam-se à sombra da primeira". Outrossim, continua, "em outras circunstâncias, será uma outra faceta a tornar-se dominante. Esta mobilidade do sujeito múltiplo acompanha a instabilidade dos processos sociais, sempre em ebulição". (SAFFIOTI, 2015, p. 83).

O que pretendo expor com tudo isso? É justamente que qualquer compromisso que firmo enquanto mulher negra trabalhadora dirigente sindical, comprometida com o horizonte de superação da sociedade de classes, me exige a compreensão de que essa classe se constitui com base na exploração-opressão, como intrínsecas ao modo de produção capitalista. Por isso, trouxe Carolina de Jesus ao início deste texto. É porque Carolina retrata justamente a síntese das desigualdades de um Brasil que queremos superar. E porque, afinal, essa mulher, que é para nós uma referência, assinala o quanto é cansativo, por vezes, sermos mulheres reivindicando eternamente os mesmos direitos e espaços que historicamente nos foram negados.

Digo isso porque por mais que as opressões de gênero-patriarcado e de raça-etnia, dentro desse lugar de classe trabalhadora que ocupamos, nos afete de formas distintas da qual o foi com Carolina, elas partem do mesmo lugar. Mas por que? Porque elas demonstram justamente a subjugação e a desumanização históricas que permitiram que esse território, assim como nossos corpos, fosse "invadido e expropriado", perpetuando essas opressões até os dias atuais, com fins de manutenção do status quo. Indelevelmente, todos os corpos que diferem do padrão hetero-patriarcal do homem branco ocidental, de diferentes formas, são oprimidos, mesmo no interior de uma mesma classe social e, assim como toda a classe trabalhadora, são explorados, mas com todos os recortes de opressões que até aqui destaquei.

Enquanto dirigente sindical, essa análise me importa por três aspectos centrais: o primeiro deles, corresponde justamente ao fato de termos como horizonte de luta a construção de uma

> Reportagem especial

sociedade livre de toda forma de desigualdade, entendendo que as desigualdades se perfazem em torno do nó: classe social, gênero-patriarcado e raça-etnia. Como trabalhadora do Poder Judiciário, entendo que todos esses fatores são necessários também para pautarmos a nossa luta pela democratização do sistema de justiça, compreendendo que o acesso equitativo aos serviços públicos pode ser uma ferramenta de enfrentamento às desigualdades.

O segundo aspecto trata justamente da imprescindibilidade de olharmos para os desafios colocados a nós nesse espaço de trabalho que é o judiciário, quando mulheres, pessoas negras e/ou não brancas, migrantes, pessoas com deficiência, e o aspecto geracional – nos conduzem para toda sorte de assédios e discriminações. Isso porque, como trabalhadora e no cotidiano da direção sindical, noto o quanto essa estrutura social está cristalizada e incorre diariamente nas condições de trabalho no judiciário.

Por fim, o terceiro elemento passa justamente pela produção de um campo de análises e reflexões que deem subsídios para compreender o porquê de nós mulheres diretoras sofrermos tantas violências políticas de gênero ao ocuparmos de maneira majoritária esse espaço de direção sindical. Essa compreensão contribui para que possamos seguir produzindo fissuras com vistas ao nosso fortalecimento nesse espaço. Hoje, essa direção se consolida também a partir dos coletivos Valente e de Negras e Negros e também do Núcleo de Aposentadas/os e Pensionistas do SINJUSC. Mesmo na construção de todos esses espaços, é necessário dizer que a nossa capacidade enquanto mulheres trabalhadoras e dirigentes sindicais é constantemente questionada. Já ouvi, por exemplo, “você

não dá conta do seu trabalho porque participa de muita reunião e ainda faz doutorado”, ou quando nós, dirigentes, somos intituladas de “narcisistas” e/ou quando nos perguntam “você são alguma coisa do Sindicato?”. Também não são incomuns os olhares duvidosos sobre a nossa capacidade de compreensão das coisas ou de fazer a política, mesmo diante de uma gestão construída majoritariamente por mulheres com evidentes vitórias para as trabalhadoras e trabalhadores do Judiciário. O que explicaria isso, se não a misoginia, o sexismo e o machismo? O que explicaria os questionamentos em relação ao trabalho que vimos travando no campo das relações étnico-raciais sob uma perspectiva classista, se não o racismo estrutural?

Pois bem, aqui estou com uma posição demarcada. Ela passa por uma perspectiva de mundo que tem por objetivo construir um lugar de se viver que não deixe que a Vera, filha de Carolina, precise usar sapatos com água penetrando... ela passa também pelo desejo de que Carolinas não se cansem de serem mulheres porque o mundo fez com que o pai de suas/seus filhas/os pudessem “não ter tempo”, enquanto ela garantia toda a reprodução social de sua família. Portanto, esse retrospecto que faço no movimento de idas e vindas pela nossa história, demonstra que, nas suas mais diversas formas, a violência é aspecto fundante do Brasil e nos afeta por diferentes contornos. Assim, minha perspectiva de mundo também passa pelo desejo de que nós, mulheres, sejamos respeitadas em nosso fazer político, porque somos constituídas de capacidade para isso. Passa também pela vontade de que nós, mulheres negras, – ocupantes da base dessa pirâmide social – sejamos respeitadas em nosso fazer político de forma efetiva, e não por mera representatividade,

porque igualmente, somos constituídas de condições para tal.

Para Lélia González, “talvez se conclua que a mulher negra desempenha um papel altamente negativo na sociedade brasileira dos dias de hoje, dado o tipo de imagem que lhe é atribuído ou dadas as formas de superexploração e alienação a que está submetida”, porém, “há que se colocar, dialeticamente, as estratégias de que ela se utiliza para sobreviver e resistir numa formação social capitalista e racista como a nossa”. (GONZÁLEZ, 2020, p.62). Dito isso, esse é um manifesto atravessado por um horizonte que tem por fio condutor a transformação social para construção de uma sociedade que rompa radicalmente com esse nó - classe social, gênero-patriarcado e raça-racismo – os quais estruturam a nossa sociedade e precisam urgentemente ser aniquilados.



* Ellen é Assistente Social na Comarca de Gaspar, Secretária Geral do SINJUSC, integrante do Coletivo Valente e do Coletivo de Negras e Negros do Judiciário Catarinense, doutora em Serviço Social, poetisa.





Por mais representatividade feminista na política em 2024

Por Aline Covolo Ravara*

"Quando uma mulher entra na política, muda a mulher; mas quando muitas mulheres entram na política, muda a política."

Michelle Bachelet

Todos os direitos usufruídos por nós, mulheres brasileiras, foram obtidos por meio da luta. A história das mulheres na política é marcada por muita luta e grandes avanços. No entanto, a realidade ainda está muito aquém de uma igualdade efetiva entre homens e mulheres. As mulheres continuam sub-representadas nos espaços de poder e decisão.

Desde 2012, atuo como servidora pública na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc). Em algum momento, caminhando pelos corredores do Palácio Barriga Verde, tomei consciência de que, na galeria de ex-presidentes da instituição, só havia homens. A percepção de que eram todos homens brancos é ainda mais recente. Percebi, chocada, que naquela galeria repleta de fotos emolduradas, não havia a presença de nenhuma mulher ocupando o espaço de ex-presidenta da Alesc. Fiquei ainda mais impactada ao tomar consciência de que o número de quadros da Galeria Lilás, onde estão as fotos de todas as mulheres que já ocuparam o cargo de Deputada Estadual em Santa Catarina, é quantitativamente pequeno se comparado com a galeria dos ex-presidentes.

Entrelaçamento e convergência de fatores encaminham meu olhar e interesse em pesquisar a temática mulheres na política: atuar como dirigente sindical no Sindalesc; estar lotada na Escola da Alesc e participar da mediação do curso de formação política para mulheres; estudar a biografia da Deputada Antonieta de Barros; acompanhar a publicação da Lei 14.192/21, que criminaliza a violência política de gênero; e a leitura da coletânea *"Sempre foi sobre nós"*, organizada pela ex-deputada Manuela d'Ávila, que traz relatos da violência política de gênero. As referidas ocorrências criaram um mosaico que despertou a curiosidade em compreender os desafios e violências cometidos contra as mulheres que se inserem no espaço público.

Considero importante destacar a compreensão do sentido de "mulheres". *Mulheres* no plural, pois precisamos de representatividades plurais. Pensar a atuação feminina transformadora nos espaços de poder passa necessariamente pela inclusão das mulheres, algo que não é determinado biologicamente e acomoda as complexidades histórico-sociais. Mulheres negras, indígenas, brancas, ricas, pobres, com deficiência, ocidentais, orientais, lésbicas, trabalhadoras, transexuais, bissexuais, mães, escolarizadas, analfabetas, ribeirinhas, quilombolas, do campo e da cidade não cabem na categoria mulher como algo universal. Mulheres, pois somos múltiplas. E não basta que sejam mulheres, é

importante que estejam comprometidas com o feminismo interseccional que, além de gênero, considera classe e também raça. Que lutem pelos direitos humanos e pela natureza. Mulheres engajadas com a transformação social. Já experimentamos e não nos representam mulheres que atuam no campo oposto, reforçando a política que exclui e privilegia valores patriarcais.

Importante relembrar as que vieram antes e abriram caminhos para nós. Se hoje podemos votar e também nos inserir em espaços de poder e decisão é porque, no passado, outras lutaram por nós. Antonieta de Barros, ancestral pioneira, primeira mulher e negra eleita parlamentar em Santa Catarina, no Brasil e na América Latina e também professora, escritora e jornalista, é um nome fundamental na história da política catarinense. Se na atualidade as mulheres ainda são escassas no Parlamento Catarinense, pessoas negras são raras. Passaram-se 89 anos para que outra mulher negra chegasse nesse espaço. Somente em 2023, a professora Vanessa da Rosa ocuparia uma cadeira na Alesc. Um marco de renovação que revigora a esperança e os esforços para que, nas próximas eleições — incluindo as municipais em 2024 — tenhamos mais diversidade na política.

Para as mulheres, a política é um dos maiores interditos ao exercício de sua cidadania. Elas representam 51,50% do eleitorado brasileiro, segundo os dados do



> Artigos

Censo 2022. Entretanto, os dados apontam que a representação feminina ainda é baixa. De acordo com Observatório da Mulher na Política, a partir do *ranking* da União Inter-Parlamentar (UIP), o Brasil ocupa o 131º lugar dos 193 países em participação de mulheres na política. Na Câmara Federal, o número aumenta a cada eleição, ainda que de forma tímida e bem abaixo da média mundial e também dos países que compõem a América Latina. Foram eleitas 91 mulheres, o que representa 17,7% do quantitativo de 517 parlamentares da Casa Legislativa. No Senado, temos hoje 15 senadoras dentre os 81 parlamentares, um percentual de representatividade de 18,5%. No que tange aos estados, foram eleitas 190 deputadas estaduais, o equivalente a 15,56% do total.

Na Alesc, o número de representantes femininas foi reduzido à metade. Somente três parlamentares foram eleitas em 2022 e uma delas se apresenta como antifeminista; ou seja, não representa as pautas e lutas das mulheres. Atualmente, a Bancada Feminina da casa legislativa é composta por duas representantes: a Deputada Luciane Carminatti e a Deputada Paulinha. Santa Catarina participa, juntamente com os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, do time dos Estados que elegeram menos de 10% de representantes femininas, de acordo com reportagem da plataforma Gênero e Número, a partir de dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Já é sabido que a reserva de candidaturas a mulheres, por si só, não é capaz de aumentar a presença feminina em cargos eletivos. As poucas candidatas que conseguem ser eleitas encontram barreiras para permanecer num espaço criado por, de e para homens. Além do

machismo estrutural e da divisão sexual do trabalho, desafios presentes dentro e fora do ambiente doméstico, na atuação em cargos de decisão, elas encontram ainda obstáculos como a desqualificação, o silenciamento, a misoginia e o assédio.

Numa entrevista para a TV Senado, Maíra Vecchia, presidente do Observatório Eleitoral da OAB-SP e especialista em gênero, afirmou: “A violência política de gênero é a mãe de todas as outras violências. Quando você tem uma cultura machista e racista, se você impede o gênero feminino de ingressar nas esferas de decisão, você acaba subjugando essa mulher e isso se reflete em toda a sociedade. Não por acaso, temos índices altos de feminicídio e abuso sexual”.

Maíra faz uma correlação fundamental entre a violência política de gênero e as múltiplas violências e abusos vivenciados pelas mulheres na sociedade. A Lei 14.192/21, que criminaliza a violência política de gênero, é um avanço legislativo que precisa ser aprimorado para que a legislação seja aplicada a partir de um protocolo que reconheça suas especificidades. Destaco ainda que a lei somente diz respeito às candidatas eleitas, deixando de fora as representantes comunitárias, de movimentos sociais e sindicais que exercem liderança política em suas práticas diárias. Isso significa que a lei deixa desprotegidas as mulheres que não fazem parte da política institucional e partidária, mas que são a linha de frente na luta cotidiana por direitos e espaços de representatividade.

É necessário enfrentar essa realidade através de uma mudança cultural baseada no apoio a candidaturas femininas e na educação para a cidadania destinada ao incentivo da atuação das mulheres na política. É fundamen-

tal ofertar capacitação técnica e prática às mulheres interessadas em se lançarem candidatas nas próximas eleições municipais, no segundo semestre de 2024. Precisamos de representações plurais para que haja democracia de fato e equilíbrio nas relações de poder. Para modificar esse cenário, mulheres precisam ocupar espaços de poder e decisão no executivo e no legislativo. É somente participando efetivamente que poderemos transformar a política.

Ainda somos poucas, mas será somando esforços e nos organizando que conseguiremos avançar. Você pode se lançar candidata ou ajudar na organização da campanha de lideranças femininas. Pode apoiar e divulgar candidaturas femininas. Pode investir em formação, apoio e incentivo às mulheres que vão disputar vagas nas Câmaras de Vereadores e Prefeituras. Afinal, as que vieram antes e pavimentaram o caminho para nós, como Antonieta de Barros, nos ensinaram que todos os direitos usufruídos por nós, mulheres brasileiras, foram obtidos por meio da luta e mobilização social.



* Aline é pedagoga, mestranda do Programa de História do Tempo Presente pela Faculdade de Artes e Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (FAED/UDESC). É servidora efetiva da ALESC, secretária de Formação Sindical e Políticas Sociais do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Sindalesc).



Política por elas: Projetando a reconfiguração de uma construção social

Por Cátia Cilene Diogo Goulart*

Convido os leitores à reflexão sobre a presença feminina na política, pois embora as mulheres sejam a maioria votante, ainda somos uma lacuna quanto à representatividade nestes espaços. Os dados do Tribunal Superior Eleitoral-TSE sobre o último processo eleitoral indicam que, apesar de serem a maioria da população brasileira (51,5%- IBGE) e do público eleitor (52,6 %-TSE), ainda é baixo o número de mulheres (33,8%-TSE) no histórico de candidaturas. Quais fatores têm contribuído para esta sub-representação?

Na intenção de um movimento dialógico, desafio você a um processo cuidadoso na busca de respostas não taxativas e irrefletidas, mas que corroborem para um crescimento pessoal e social, partindo de processos fundantes de nossas percepções sobre a mulher nos espaços de poder.

Inicialmente, admitamos que a desigualdade de gênero no campo político reflete a desigualdade social e econômica. Tal realidade se edificou de modo estruturante, uma vez que os homens sempre ocuparam espaços públicos e de poder (inclusive o político), e os contextos e os aspectos socioculturais 'reservaram' às mulheres o papel de cuidadoras de pessoas e do lar. Ademais, é evidente o número expressivo de mulheres presentes em algumas profissões pontuais, como a docência, por exemplo.

Assim como a ausência ou a baixa representatividade de pessoas negras em alguns setores, o distanciamento e alienação das mulheres no campo político foi praticamente naturalizado pela sociedade, inclusive por elas mesmas. Portanto, apesar de conquistas

como o direito ao voto (1932), o início do Movimento feminista (1970) e a própria instituição da igualdade formal de direitos entre homens e mulheres (Constituição de 1988), ainda persistem muitas barreiras à igualdade de gênero no campo político brasileiro.



> Artigos

Não se pode culpar as mulheres que não se sentem preparadas ou engajadas para a atuação política, mas há que se compreender que este é um reflexo de uma construção social repleta de barreiras, lacunas, e falhas no modelo de democracia que vivemos. Apesar de incentivos, como a destinação de recursos específicos à candidatura de mulheres e o fomento à cota de gênero nas eleições, a rotina de vida das mulheres e o investimento de tempo representam importantes desafios para a proatividade política.

Não raro, as mulheres são alvo de piadas pejorativas e de cobranças para serem melhores em tudo e não deixar nada pendente: serem boas mães, boas esposas, caprichosas nos afazeres domésticos... cobranças que os homens não sofrem! As diferenças entre as mulheres também afetam a participação na política. Mulheres negras, por exemplo, têm menos acesso à educação, ao mundo do trabalho, etc.

Almejamos um país inclusivo e essa construção requer autoconfiança para quebrar paradigmas e superar uma cultura que tenta desqualificar a participação das mulheres. Desprovidos desta consciência, caminhamos lentamente para a representatividade feminina.

Reconhecimento da contribuição feminina

Para Oliveira (2014, p. 13) “a participação de mulheres nas instituições políticas impacta a formação das agendas temáticas decisórias.” A presença feminina tem sido entendida como importante mecanismo para consolidar a democracia brasileira, promover políticas públicas e atingir igualdade de direitos. De modo que

a ausência das mulheres tem impactado significativamente para uma cidadania e democracia marcadas por profundas disparidades. A luta das mulheres influenciou a reorganização de uma constituição cidadã, pois muitos dos seus direitos passaram a ser contemplados a partir da presença e atuação política. Isso nos faz repensar e problematizar o quanto esta participação tem relação com a consciência de seu papel e contribuição social.

Além disso, até alcançarem lugar de poder na política, outros espaços e metas são atingidos e conquistados pelas mulheres, pois mesmo dentre aquelas atuantes na política, nota-se a busca por qualificação para o trabalho, inclusive a formação superior, gerando um histórico de trabalho reconhecido em diversos contextos.

Pensar a atuação das mulheres no campo político nos chama a reconfigurar uma construção social que repousa sobre o não reconhecimento da mulher como sujeito. Afinal, a mulher impacta no seu contexto, bem como ela própria se transforma a partir de sua participação política.

Onde queremos estar

Não supomos ingenuamente adentrar espaços sem preparo e competência, mas estamos impelidas em buscar conhecimento e informação, e não apenas nos aventurar na política.

A inserção das mulheres em comissões, em grupos de trabalho nas instituições públicas e nos segmentos do judiciário tem sido uma forma de galgar espaços de poder. São indiscutíveis a presença e a luta feminina como líderes comunitárias, professoras, advogadas, continuamente fortalecidas, inclusive contra o

machismo e o racismo institucional, enfrentando e denunciando quaisquer violências. Referente à educação dos filhos, dada a influência nesta relação de formação humana e cuidado, instigamos à participação consciente na política e desenvolvimento crítico sobre o papel da mulher.

Sendo reconhecido que “a desigualdade de gênero continua a ser um desafio universal” (ONU-2015), os desafios não se limitam, mas também não são limitantes, e se requer das mulheres coragem e altivez para enfrentar as barreiras à sua participação social e política! Nesta lógica faz-se urgente reconfigurar a percepção de nossa sociedade quanto ao papel das mulheres e quanto ao enfrentamento a esta exclusão social que se inicia, por vezes, em nossas compreensões e modo de ver as pessoas.

O caminho a percorrer ainda é extenso, mas a necessária contribuição das mulheres e o respeito aos seus direitos não são de menor valia ou legitimidade, sobretudo sua pertinente contribuição política. Queremos participar para somar!



* Cátia TJA-PJSC, Ma. em Educação. Pesquisa Letramentos Sociais – Grupo de Pesquisas e Estudos Integrados à Educação: Linguagens e Letramento. Coletivo de Negras e Negros do Judiciário Catarinense.



> Artigos



ouça o áudio
desta matéria

As mulheres na política

Por Divinamir de Oliveira Pinto*

A importância do tema para o avanço da vida em sociedade é indiscutível: as mulheres na política é assunto que deveria estar

nas rodas de conversas, dentro das escolas e nos cafés com as amigas e amigos. Mas nem sempre essa é a realidade brasileira.

No ano de 2023, deputados e deputadas federais tomaram posse para atuação na 57ª Legislatura num total de 513, sendo apenas 91 mulheres. Na eleição anterior, foram 77 mulheres eleitas, ocorrendo assim um aumento de 17,7% na composição atual da bancada feminina. A Câmara dos Deputados é a representação do povo brasileiro.

No Senado Federal, atuam no total 81 senadores e senadoras. No ano de 2023, tomaram posse somente quatro mulheres eleitas. Somadas às que tinham mandato com prazo até o ano de 2027, totalizaram, naquele ano, dez senadoras. Atualmente, há 14 senadoras atuantes e o aumento do número de componentes na bancada feminina se deve à chamada popularmente “dança das cadeiras”, como, por exemplo, quando um senador deixa o mandato parlamentar para assumir o cargo de governador. E, ainda, em ocasião de luto, com a morte de um ocupante da cadeira, como ocorreu em 2021 com o falecimento do senador José Maranhão, assumindo a suplente deputada Nilda Gondin; ou com a renúncia, caso de Gladson Camelli, quando assumiu a suplente deputada Mailza Gomes. Ambas encerraram mandato no ano de 2023. O Senado Federal é a representação dos estados brasileiros.

O Tribunal Superior Eleitoral apurou que, nas últimas eleições no Brasil, o índice para as candidaturas femininas em todos os cargos ficou abaixo de 33%, embora um pouco maior do que o número visto nas eleições passadas.



As mulheres são maioria para votar, mas são poucas as candidaturas femininas nos pleitos. O gênero masculino é o que aparece em maioria nos resultados das eleições democráticas.

Em matéria jornalística para a Agência Brasil, a ministra da Igualdade Racial Anielle Franco, falando sobre o tema Mulheres na Política, lembrou o assassinato da irmã vereadora Marielle Franco: "Sabemos que o sistema é feito para que mulheres não adentrem nesse lugar. Mulheres negras preferidas são apenas 4%. E se formos traçando todos os perfis, esses números vão diminuindo".

O presente texto não tem a intenção de analisar essa outra triste face do feminino e o preconceito racial, mas de forma geral, trazer dados sobre a realidade feminina e a política. Essas especificidades são ainda mais aterradoras em dados de pesquisas publicadas, em realidades que circulam nas redes sociais e ainda nem entraram para os registros formais e burocráticos nacionais.

O Brasil é um país com 203,1 milhões de habitantes (IBGE, 2022), e dos cidadãos e cidadãs aptos a votar, conforme a legislação vigente, as mulheres representam 52,65% do eleitorado, segundo o Superior Tribunal Eleitoral.

O Código Civil de 1916, em seu artigo 6º, declarava que a mulher era relativamente incapaz para os atos civis. As mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar e serem votadas no ano de 1932, quando o Código Eleitoral foi assinado pelo então presidente Getúlio Vargas. Porém, as casadas deveriam ser autorizadas pelo marido, sendo essa restrição alterada no ano de 1934.

Até o ano de 1962, o marido tinha que autorizar a esposa caso ela quisesse trabalhar fora

"As mulheres são maioria para votar, mas poucas candidaturas femininas aparecem nos pleitos."

de casa. No mesmo ano, o Estatuto das Mulheres Casadas ampliou seus direitos. Entre os anos de 1941 e 1983, conforme o Decreto Lei nº 3.199/1941, as mulheres eram proibidas de jogar futebol no Brasil.

A ONU (Assembleia Geral das Nações Unidas) adotou, no ano de 1979, a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Em 1984, o Brasil ratificou a Convenção da Mulher, formulando e adicionando, em 2002, protocolo em relação ao contido na legislação nacional.

A expressão de igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres só se concretizou com a Constituição de 1988.

As dificuldades para a participação da mulher na política partidária são sempre muito evidenciadas. Um exemplo recente é o depoimento da candidata a vice-governadora do Amazonas, na eleição de 2022. Em reportagem da Agência Brasil datada de 01/04/2023, a repórter Carolina Pimentel cita o caso de Anne Moura. Anne fez campanha gestante e diz ter sofrido violência de gênero, tendo sido questionada muitas vezes sobre por qual razão não estava em casa ao invés de fazer campanha política. Naquele pleito, não venceu as eleições. Anne atualmente é coordenadora

do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos.

O caso de Anne é um entre tantos outros que demonstram agressões, tal como registrado pelas professoras Camila Fernandes (UFSC) e Mariane Lemos Lourenço (UFPR), no estudo intitulado "A participação de mulheres na política e as tentativas de invalidação às suas identidades".

A democracia traz em si a teoria do igualitarismo. Essa igualdade civil, política e social é para todos aqueles que fazem parte de uma sociedade.

A mulher está há muito tempo conquistando espaços sociais e políticos. A luta é árdua, lenta e contínua.

As palavras "política", "união" e "coragem" são substantivos femininos.



*Divinamir é sindicalista, Servidora aposentada no TJSC e integrante do Grupo Gestão NAP. Conselheira de Políticas Públicas Culturais do Município de Mafra/SC e do Município de Rio Negro/PR.



> Artigos



ouça o áudio
desta matéria

Não há ação política mais revolucionária que o cuidado

Por Ligia Moreiras*

Há alguns anos, minha filha e eu passamos por um evento muito doloroso ao qual tivemos que sobreviver. Todo mundo que já passou por alguma dor muito profunda, como a perda de alguém importante, sabe que tudo em nossas vidas é abalado: emocionalidade, intelecto, mente, corpo, cotidiano, tudo. E que assim, fragmentadas, precisamos de apenas uma coisa para que os pedacinhos voltem a se compor em uma pessoa novamente inteira: cuidado. Seremos cuidadas. Ninguém se recupera de algo doloroso sem o devido cuidado. E foi naquele momento de sofrimento que ouvi de alguém em quem confiava algo que somente aprofundou a minha dor:

“Você precisa ser cuidada. Mas eu não quero cuidar”.

E isso não me foi dito de maneira metafórica. Foi dito assim, literalmente, olhando no meu olho: “Eu não quero cuidar de você”. Foi um choque do qual felizmente já me recuperei e que me trouxe reflexões ainda mais profundas sobre o papel do cuidado não apenas em nossas vidas pessoais, mas na estrutura social, na vida cotidiana, na coletividade. Não é à toa que, na parede principal da minha casa, desde então, há um quadro lindo onde se pode ler: “Tem no cuidado uma estratégia de luta”.

É de autoria do teólogo Leonardo Boff uma frase na qual acredito verdadeiramente e que

dita os passos do meu trabalho e existência: “Sonhamos com o cuidado assumido como o *ethos* fundamental do humano”. Se consideramos *ethos* como o conjunto dos princípios, costumes e valores que regem o comportamento e a cultura de um grupo

ou época, entendemos, da frase de Boff, que o que caracteriza o humano como humano é sua capacidade de cuidar. E, sim, é nisso que acredito. Mas isso só se constituiu como ideia estruturante em minha vida e práxis há 14 anos. Quando me tornei mãe.



> Artigos

Embora o papel do cuidado seja tema de reflexões minhas há muitos anos, foi apenas desde que a maternidade invadiu a minha vida que o tornei objeto de estudo. E “invadir” é um termo bastante apropriado quando nos referimos à maternidade, porque maternidade não é do domínio do calmo, pausado, pacífico, dosado, progressivo. Maternidade é uma invasão. Ela chega como águas revoltas ultrapassando muros, áreas de escape, nos levando com ela. São águas que nos tomam por completo e fazem com que tenhamos que nos adaptar a uma nova rota, um novo curso, muitas vezes sem barco, sem boia, sem colete salva-vidas.

Para mim, foi. Tornei-me ativista. Ao me tornar mãe, direcionei minha vida, formação e existência para o estudo do cuidado - e de sua ausência... Porque quando se estuda as maternidades, assim, no plural, é muito doloroso constatar que, para essa imensa parcela de seres humanos, as mães, não há cuidado. Há apenas a sua ausência.

Vivemos num mundo que não cuida das mães. Um mundo que não cuida de quem cuida. Esse mundo capitalista, patriarcal, produtivista, que destroi para dominar, que devasta para lucrar, não cuida daquela que tem em sua atividade cotidiana – muitas vezes de maneira compulsória – o trabalho invisível, naturalizado e não remunerado do cuidado.

Escrevo essas linhas em maio de 2024, profundamente abalada pela tragédia ambiental e humanitária do Rio Grande do Sul. Escrevo também muito mexida pelos fartos gestos de solidariedade de todo o país com relação ao povo gaúcho. E o que é a solidariedade se não o cuidado de quem está sofrendo, ainda que longe de nós?

Sabemos que todo esse cenário trágico e catastrófico, que ainda exigirá muitos meses, ou mesmo anos, para se assentar, não se trata apenas de chuvas fartas. Não se trata apenas de ausência de planos de contingência. Não se trata apenas de muros ou dispositivos que não receberam a devida manutenção. Ou de relatórios de impactos hídricos causados pela mudança climática atualmente em curso que foram engavetados por dois governos sucessivos, governos completamente avessos a qualquer debate neste sentido. Trata-se, unicamente, de uma crise do cuidado. A crise climática é uma crise do cuidado nas mais diferentes dimensões: uma crise expressa em exploração social, em concentração de renda, em genocídio indígena e negro, na existência de bilionários, no recrudescimento do neoliberalismo – e na ausência do cuidado às mães. E que nos trouxe até o ponto de não retorno, a partir do qual só nos resta aprender a sobreviver.

E neste momento em que vivemos um cenário de angústia, recebendo as imagens de inundações e de centenas de milhares de pessoas vivendo em abrigos, é imprescindível lembrar daquelas que estão no Planalto Central propondo leis que têm no cuidado o foco de ação. E escrevo, sim, o plural no feminino porque não deveria nos causar espanto o fato de que são mulheres. E são mulheres que se tornaram mães recentemente. Sâmia. Talíria. Fernanda. E também não é acaso o fato de que a pauta do cuidado, do trabalho invisível, da licença maternidade contada no tempo para aposentadoria, da vida das mães brasileiras, tenha ganhado força e protagonismo agora, com elas, enquanto se tornam mães. Enquanto se tornam mulheres que cuidam. Não há nada de acaso aí. O privilégio do não cuidado é masculino e

é branco, e isso porque todas as outras pessoas que não se enquadram nesse recorte, as mulheres, as pessoas negras, não têm o luxo de não poderem cuidar, pois é do cuidado que depende nossas vidas. Do cuidado destinado a nós mesmas e aos nossos pares. Do cuidado coletivo. Da política do cuidado.

O fato é que não há ação política mais revolucionária que o cuidado. E, sendo o exercício da maternidade a práxis do cuidado, então não há ação política mais revolucionária que a maternidade. Eis a pauta política mais revolucionária destes tempos de clima em fúria. E se não destinamos o cuidado necessário ao planeta em que vivemos, à Terra, é apenas porque a chamamos de Mãe.

Que possamos olhar para o planeta como as mães na política progressista olham para as outras mães, dizendo: “Vocês precisam ser cuidadas. E nós vamos cuidar de vocês”.



*Ligia é doutora em Saúde Coletiva, doutora em Ciências, mestra em Psicobiologia, bióloga e conselheira no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável. Criadora da rede Cientista Que Virou Mãe.



Violência Política de Gênero: considerações para as eleições municipais

Por Emmanuella Denora*

“Gênero”, cuja elaboração acadêmica é tumultuada, em períodos eleitorais ganha destaque seja como pauta, pânico moral ou movimentação inclu-

siva para tornar os espaços das estruturas políticas institucionais assemelhados à composição demográfica do Brasil. Tem sido ampla e equivocadamente

usado como sinônimo e termo politicamente correto para “mulheres” e/ou “LGBTQIAP+”. Conceitos são importantes aos tratamentos normativos.

A violência política de gênero, numa compreensão inclusivista, é plural: violências físicas, psicológicas, econômicas, morais, simbólicas (que refletem questões estruturais), que tenham no eixo gendrado seu mote – ou seja, por feminilidade, independente do sexo biológico, ou que não se enquadre nos padrões de gênero binários, mas também por questões de masculinidades. Falar de gênero é muito mais do que um nome diferente para incluir mulheres cis e trans na fórmula institucional política. Tratar de gênero politicamente é compreender que há relações estabelecidas na sociedade cujo marcador genetal e performático prescindem como qualificadoras dos espaços possíveis de exercício de subjetividade e de atuação válida.

O Legislativo define violência política contra a mulher apenas como sendo todo e qualquer ato com o objetivo de excluí-la do espaço político em razão do sexo, impedir ou restringir acesso ou induzi-la a tomar decisões contrárias às suas determinações. Destaco aqui que a definição legal é binária como gênese e demarca o corpo sexuado – portanto, passível de exclusão de corpos trans e não binários – a partir da mulher em razão de seu sexo, numa redação legal inadequada



> Artigos

e que segue normalizando espaços políticos como masculinos.

Não se fala de gênero. Quando muito, se fala de mulheres cis. Ao tratar de crimes eleitorais, pela principiologia da matéria, determinarão uma interpretação restritiva do tipo. A diferenciação na linguagem é importante. Sexo é a marcação binária física, homem (xy) e mulher (xx); gênero são papéis atribuídos aos corpos, práticas sociais e culturais vinculadas a partir de noções de masculinidade e feminilidade, como afazeres domésticos e ocupação de espaços políticos.

A alteração pela Lei 14.192/2021, na literalidade do art. 243, inc. X, “que deprecie a condição de mulher ou estimule sua discriminação em razão do sexo feminino, ou em relação à sua cor, raça ou etnia” agrega nesse conceito também elementos de raça e não é precisa conceitualmente, pode vir a gerar discussões que, a despeito de amparar uma demanda social de inclusão, pode vir a ter efeito ricochete excludente.

A linguagem tem reflexos na interpretação normativa e em como sanções poderão incidir sobre esse tema nas eleições de 2024, com o escopo de coibir candidaturas “laranja”, diante das recentes fraudes nesse sentido para fins de cumprimento de cota e liberação do fundo eleitoral – portanto, acesso a dinheiro público. Para detalhamento, recomenda-se atenção à Resolução 23.735/2024 do TSE, que condensou os ilícitos eleitorais e determinou sanções, a partir dos precedentes da corte. Violências específicas envolvendo a pauta de gênero, orientadas a desestimular mulheres e pessoas trans, por exemplo, da participação política e da visibilidade em demandas de atuação cidadã, são especial-

mente agudizadas em ambientes virtuais em períodos eleitorais.

Há pesquisas recentes – destaque o monitoramento do Laboratório de Humanidades Digitais (LABHD) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a partir do Telegram, e dados do InternetLab – que confirmam quantitativamente o defeso qualitativamente por pesquisadoras feministas. A pauta tem impacto digital muito maior que a racial e de classe, por exemplo, nos destinos das violências discursivas, o que indica que, não obstante a vulnerabilidade interseccional, tratar do tema demanda uma estratégia própria e atenta e uma atenção ao ambiente digital.

O que se revela pelos metadados de amostragem é que em períodos eleitorais, sobretudo a violência contra mulheres – portanto a misoginia a partir de temas caros ao feminino, ainda vinculado a uma cisgeneridade – agudiza e engaja grupos de ódio; ela é destinada para mulheres com esse mote de ataques múltiplos e com viés de violência específica, atingindo o entorno familiar, a privacidade, o julgamento de comportamento moral e estético, por exemplo. Das violências compartilhadas pelo feminino, mulheres trans são vítimas – inclusive fatais, no país que mais mata pessoas trans – de violências próprias da incompreensão da transgeneridade e do fetiche masculinista.

Normalizadas socialmente e engajadas em ambiente virtual, são repristinadas também na seara política via acomodação estruturante desses fatores. A natureza das violências destinadas a mulheres cis e trans leva em conta quem são e os lugares sociais que ocupam a partir das subjetividades próprias que carregam a partir de seus corpos, ao que a estrutura patriarcal política

“autoriza” ocupação. Desde 2010, a pauta de “costumes” tem sido central na política, o que nos leva a crer na tendência a ser mantida pelo potencial de engajamento. Pela forma como são endereçadas nos debates, pela extrema direita e grupos religiosos em pânico moral enquanto timidamente enfrentada pela centro-esquerda.

Masculinistas, tradicionalistas, homeschooling, mulheres submissas, feminilidade e esposas tradicionais estão presentes em ambientes digitais como uma estética e são formas de disseminação reativa de padrões de como seja “certo” e “errado” existir no mundo, com valores religiosos sendo confundidos com o espaço laico e republicano. Eleições municipais tendem a atrair tais figuras, incluindo mulheres antifeministas.

Oportuno destacar que nem sempre uma mulher no poder corresponde a poder para as mulheres. Há mulheres qualificadas e coesas com o compromisso de inclusão, de uma pauta de gênero de fato, e respostas via políticas públicas a demandas das possibilidades da politização da vida e do cotidiano. Mas elas precisam ser ouvidas.



*Emmanuella é professora de Direito Constitucional (UEL); Advogada; Doutoranda em Direitos Humanos e Democracia (UFPR).



> Artigos



ouça o áudio
desta matéria

O cuidado como dilema ético: a quem interessa esse silenciamento?

Por Carmem Lúcia da Silva*

Uma das prerrogativas do ser humano é viver em sociedade. Não por capricho, mas por necessidade de sobrevivência. Sozinhos/as sucumbimos. A lógica perversa deste modelo de acumulação chamado capitalismo, na sua fase mais brutal conhecida como neoliberalismo, enaltece o indivíduo, vangloria a falácia da meritocracia, mas não responde à necessidade do cuidado. Na verdade, este modelo de acumulação não responde a esta necessidade humana porque a reduz ao *status* da naturalização, condicionando ainda o gênero que deve exercer o cuidado da espécie em benefício da perpetuação da “ordem” que interessa ao capital.

Assim, não temos apenas o sistema capitalista norteando o nosso modo de ser e viver, mas também o patriarcado que define que cabe às mulheres o cuidado e a devoção ao espaço privado; enquanto aos homens cabem as decisões e a atuação na esfera pública, legislando normas para manter os seus privilégios. Para que este modelo de opressão exista, tantos outros são necessários, como o racismo, o capacitismo e o fascismo, elementos que são fortalecidos no miúdo do cotidiano e que desenham “verdades” que se propõem inalteráveis.

Ops, mas o que isto tem a ver com cuidado? Tem tudo, e este preâmbulo é apenas um ínfimo recorte que o limite dos caracteres que um artigo para revista permite apontar.

Não é possível olhar o cotidiano sem ampliar as lentes para a totalidade. Nosso mundo não está restrito ao nosso umbigo e, quando falamos de cuidado, não podemos limitar esse exercício político à capacidade do núcleo

que estamos inseridas para responder a esta demanda como se fosse a regra ou modelo a ser seguido. Mais do que isso, que o cuidado estaria alojado nas dependências da obrigatoriedade a ser exercida pelas mulheres.



> Artigos

E é esta convicção coletiva que fomos ensinadas a aceitar: que cuidar é papel das mulheres, que cabe a elas esta função por ter “habilidades próprias” e necessárias à perpetuação da vida – o tão aclamado “instinto materno”. Comungando com o estudo de Elizabeth Batinder (1985), reforço que trata-se de um mito. Enquanto se legitima a “capacidade da mulher para o cuidado”, descredibiliza-se o homem nesta função por que não o socializamos para algo que é intrínseco à experiência humana. Afinal, em algum momento da vida precisaremos cuidar e ser cuidados/as, seja no nascimento, no infortúnio de uma doença ou na velhice.

A catalã Begoña Gómez Urzaiz (2024) estuda histórias de mulheres que ao longo da vida deixaram seus filhos/as sob o cuidado de outras pessoas, tomando a decisão de “abandoná-los/as”, e o quanto estas narrativas foram decisivas na continuidade de suas vidas, seja na possibilidade de viver outros amores ou se dedicar profissionalmente a uma área que seria inviável se tivesse que conciliar o cuidado da prole. A autora reflete, no seu livro “As abandonadoras”, sobre o acúmulo de culpas que vão se sobrepondo na maternidade e acrescenta que o abandono paterno cultural e socialmente não tem o mesmo peso que o materno, pois a experiência de viver a ausência paterna, não por morte, mas por decisão, é tomada como comum, esperada. Afinal, dos pais pode-se esperar de tudo; no entanto, da mãe, não. Relevante ponderar que estas são “concessões” construídas, em que há uma intencionalidade na culpabilização e na minimização de responsabilidades. Nesta toada, Vera Iaconelli (2023) lança o “Manifesto Antimaternalista” com a intencionalidade de provocar estas “certezas” corriqueiras que sequestram a vida de mulheres e mantêm o *status quo*.

Reportando-me às experiências profissionais como assistente social ao longo dos anos, foi possível constatar que na iminência de uma condição familiar inesperada, como doença ou deficiência, por exemplo, os homens abandonam seus lares, pois não conseguem dar conta do cuidado. As mulheres, em contrapartida, permanecem e, de alguma forma, recriam forças para seguir. Muitas vezes, esta força não é apenas em benefício próprio, mas pensando numa ação coletiva que pode inclusive se materializar na militância pela garantia dos direitos subtraídos.

Essas reflexões a respeito do abandono não podem ficar apenas no espectro da família porque o dever do cuidado também é do Estado e da Sociedade. Ao negligenciar o cuidado, o Estado não oportuniza condições para que homens e mulheres possam partilhar de forma igualitária esta função social.

Abriu-se a porta do Mercado para as mulheres – considerando aqui um recorte de raça, pois as mulheres negras nunca tiveram a opção de permanecer no espaço doméstico, cuidando dos seus e suas, como bem denuncia Angela Davis (2016) –, mas isso não repercutiu na divisão das tarefas no espaço privado. Flávia Biroli (2018) problematiza que a alocação das funções tem o gênero como eixo, ancorando-se na essencialização das habilidades na perspectiva de uma conexão entre sexo biológico e comportamentos esperados.

A qualificação das mulheres como cuidadoras prioritárias até hoje as aprisiona, reproduzindo a culpa que as submete à condição de cuidadoras exclusivas. Deturpam o ato do cuidado como sinônimo peculiar de amor; mas amor não é substantivo, é verbo, e seu exercício deve ser

ato de vontade, e não condição, como reivindica bell hooks (2021) em sua obra “Tudo sobre o amor: novas perspectivas”.

Precisamos politizar o cuidado, visibilizá-lo como ação ética, e acima de tudo compreender que é um exercício que deve ser feito por todos/as, tendo políticas públicas para garantir um cotidiano de dignidade, e não um privilégio de poucos/as. Com este novo desenho de sociabilidade, quiçá os espaços públicos e políticos sejam exercidos de maneira mais igualitária e as representações no âmbito do poder tornem-se mais coerentes com a realidade, tendo em vista que a maioria da população brasileira é formada por mulheres (IBGE, 2022). Afinal, nossa bandeira deve ser a de Rosa Luxemburgo: “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”!



*Carmem é assistente social da Vara da Família da Capital. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mãe de dois meninos, cuidadora, mulher e esposa.



Privilegiados?

Por Haydée Fernanda Loppnow*

É muito comum ouvir que nós, servidores públicos, somos uma classe privilegiada. Trabalhadores privilegiados. Talvez, isso se deva a uma mídia controlada por uma classe que se beneficia de uma população atemorizada, ignorante

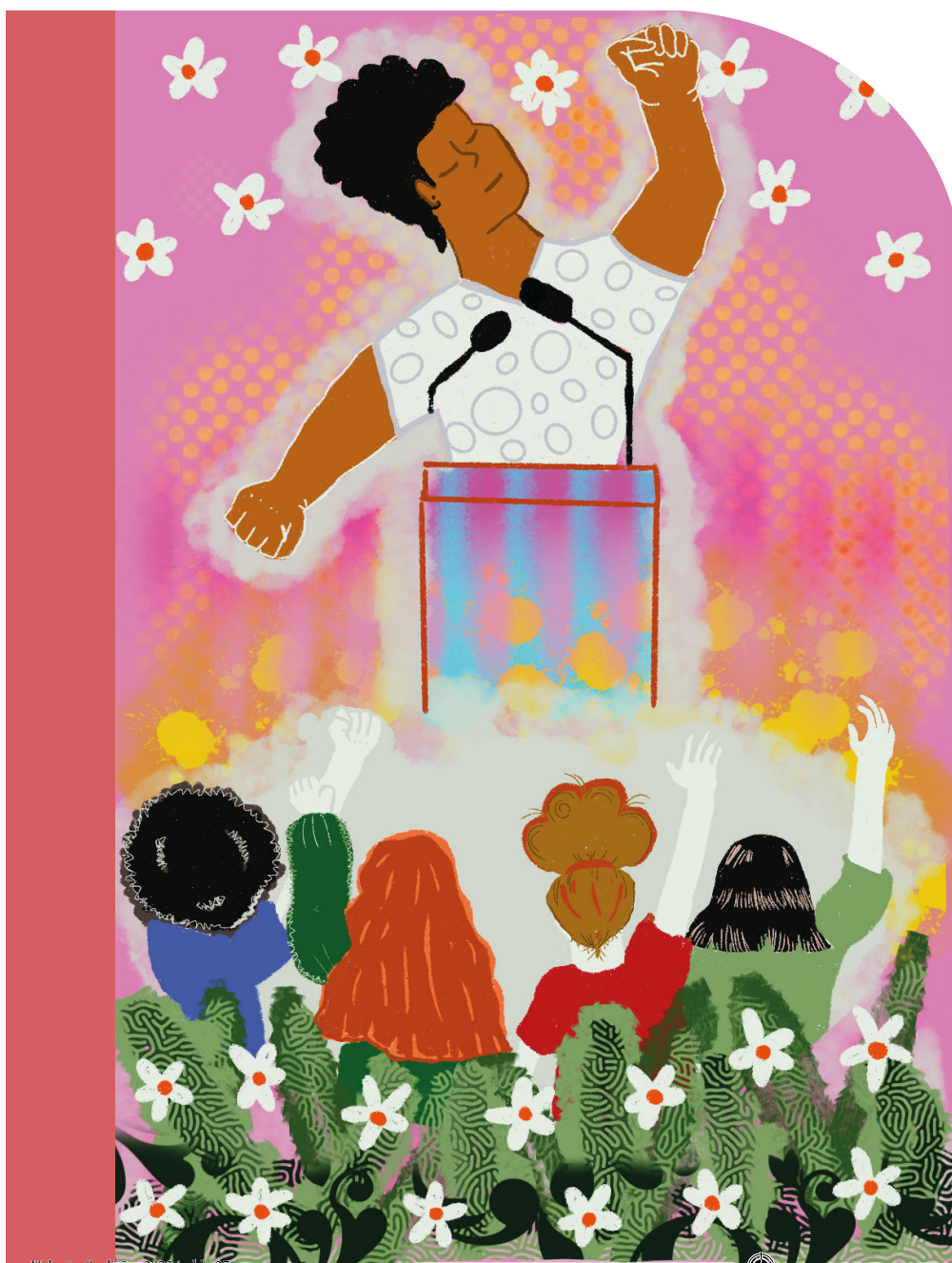
e que não exerça plenamente seus direitos. Afinal, este tipo de massa é mais fácil de conduzir, não é mesmo?

Durante as eleições de 2022, ouvi um candidato de um partido – que não convém

propagar – dizer que "os servidores públicos eram responsáveis pela desigualdade social, uma vez que tem salários, em média, 60% maiores que os da iniciativa privada". 60%? É sério isso? Um salário de 60% a mais é responsável pela desigualdade social? Não. Nós vivemos num país com 314 Bilionários Forbes, enquanto a maioria da população recebe pouco mais de um salário mínimo para viver e sustentar seus familiares que não possuem renda. Não!

Essa discrepância não diz respeito ao serviço público e ela é muito maior, exponencialmente maior, do que 60%. Não são os 60% a mais contabilizados pelo nobre político (eleito!) aos servidores públicos responsáveis pelo abismo social que existe no Brasil, um país onde há milionários, bilionários, empresários devendo impostos pornográficos e sendo isentados por isso. E também há pessoas em condição de rua, em todo tipo de condição de vulnerabilidade social. Não são os servidores públicos responsáveis por essa desigualdade. Aliás, desconheço de onde o nobre político tirou esse dado, 60% a mais...

Mas aí, acho justa a seguinte reflexão: caso os servidores públicos recebam mesmo mais do que os trabalhadores da iniciativa privada, será que seriam privilegiados ou o restante da população é que recebe um salário sequer digno e suficiente para custear as suas necessidades básicas? Será que, ao invés de pensar em diminuir



os vencimentos dos servidores públicos, os representantes políticos não deveriam lutar para que o restante da sociedade possa ter remuneração que atenda aos princípios básicos do salário, constitucionalmente previstos, capaz de custear, além de alimentação suficiente e saudável, moradia digna, saúde, lazer, educação, cultura? Será que jogar o foco em transformar o servidor público em inimigo não seria uma estratégia daqueles que, de fato, são responsáveis pela desigualdade social para manter o status quo? Enquanto trabalhadores em condições que beiram a escravidão, fazendo jornadas de trabalho exaustivas, diariamente explorados em todos os aspectos possíveis, pensarem que servidores públicos são privilegiados, deixarão de lutar pelos seus próprios direitos. Afinal, jamais irão querer pedir por direitos que consideram privilégios.

Mas aí, você pode me perguntar: qual seria a grande vantagem de demonizar o serviço e os servidores públicos? O que ganham com isso? A resposta é óbvia: servidores públicos gozam de estabilidade para fazer o que é certo e necessário. Servidores públicos são a última fronteira do indivíduo, do cidadão. Servidores públicos são funcionários mais difíceis de coagir. São servidores públicos estáveis que identificam dinheiro, bens e joias songadas por fazerem fiscalização sem medo de sofrer as consequências. São servidores públicos estáveis que podem fazer o seu trabalho e, com ele, atingir poderosos sem se preocupar se no dia seguinte estarão empregados ou não. São servidores públicos estáveis que são capazes de entregar uma justiça cega, onde um trabalhador pobre e um rico empresário podem ser julgados da mesma forma. Afinal, os po-

“A estabilidade garante igualdade. A estabilidade garante a justiça. A estabilidade garante a democracia.”

derosos não poderão fazer com que um servidor público perca seu trabalho se agir em desconformidade com seus interesses.

A estabilidade garante igualdade. A estabilidade garante a justiça. A estabilidade garante a democracia. A estabilidade garante a dignidade do cidadão comum. A estabilidade garante a paridade de armas com os poderosos diante do Estado. É a estabilidade e as garantias do serviço público que asseguram que todos sejam iguais perante a lei e aos órgãos públicos. É a estabilidade e as demais garantias do serviço público que certificam que os servidores possam cumprir as suas obrigações diante dos poderosos sem medo de qualquer tipo de represália. Afinal de contas, servidores sem garantias podem ser intimidados.

Pensando por este prisma, não parece conveniente àqueles que querem manipular a sociedade, explorá-la e fazer os órgãos públicos dançarem conforme a sua música e lhes servirem que o serviço público seja malvisto e, quem sabe, extirpado?

A conclusão parece clara. O desmonte do serviço público só interessa à classe política, econômica e social que deseja não ter nenhum tipo de trava ao exercício do seu próprio poder.

Por outro lado, a defesa do serviço público é, em primeira e em última instância, a defesa do cidadão, da igualdade, da moralidade e de toda a sociedade.



*Haydée é analista jurídica do Poder Judiciário de Santa Catarina.



> Artigos



ouça o áudio
desta matéria

Mulheres na política: passos lentos

Por Cleonice Bison*

Para analisar a exclusão política e social vivida pelas mulheres, iniciamos refletindo sobre a categoria “pária”, segundo Flora Tristán, escritora e ativista franco-peruana do século XIX. Para ela, o termo “pária” é uma categoria de estudo associada à exigência de uma verdadeira aplicação do

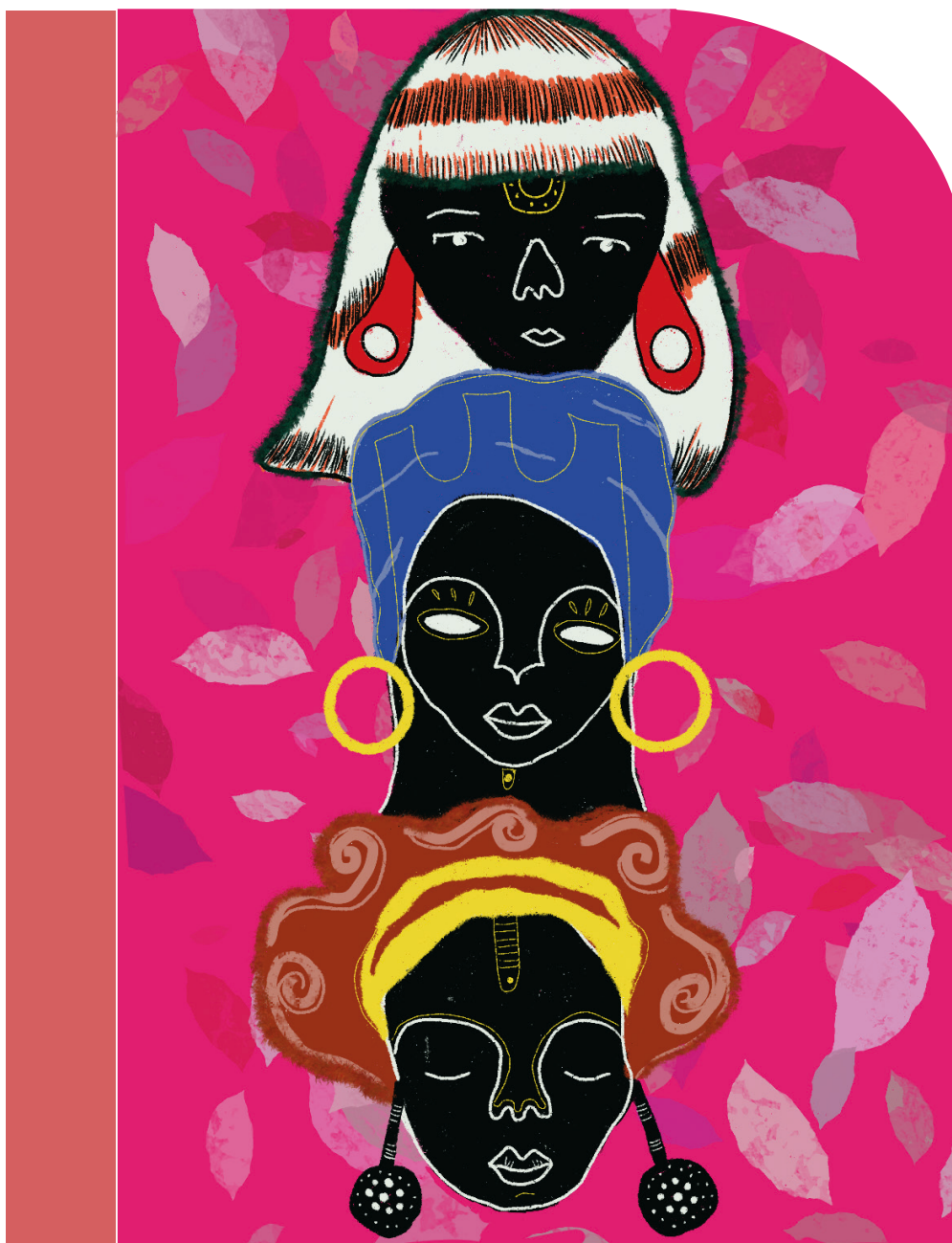
princípio da universalidade, ou seja, a construção de um projeto da “união universal dos operários e operárias”, algo que se fortaleceu na luta pela inclusão das mulheres, esquecidas nas primeiras tentativas de organização dos trabalhadores (2018 apud TORRÃO).

Em 1848, na Europa, o uso do termo é intensificado nos discursos revolucionários e no vocábulo político feminista para sublinhar a impostura de um sufrágio que se declarava universal ainda que metade da população, formada por mulheres, estivesse excluída.

Contudo, entre 1862 e 2011, as mulheres conquistaram o direito de votar. Com tal conquista, percebemos que tempo e espaço são duas variáveis que contemporizam muito quando tratamos dessa conquista: o que em 1862 foi uma vitória para as mulheres da Suécia, aconteceu na África do Sul em 1993 e, na Arábia Saudita, somente em 2011.

No Brasil, a luta pelo direito ao voto feminino e a participação política avança a passos lentos. Dois momentos históricos destacam-se: em 1894, em Santos (SP), quando a Constituição Política permitia aos estados legislar sobre o assunto, mas um projeto de resolução revogou o direito ao voto feminino; e no Rio Grande do Norte, em 1928, quando uma lei permitiu que algumas mulheres votassem, porém, seus votos foram invalidados pelo Comissão de Verificação de Poderes (Cajado e Cardoso, 2011, p.04; Teles, 2003, p.47).

De acordo com Brazil e Schumacher (2001), em 1910 foi fundado, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino (PRF) por um grupo de mulheres. Somente em 1918 é que o Partido recebeu registro oficial. Em 1919, foi apresentado pro-



> Sessão

jeto de lei em favor do sufrágio feminino. Em 1921, o projeto passou pela primeira votação e a segunda nunca ocorreu.

Novos movimentos foram realizados a favor do voto feminino. Participaram mulheres, intelectuais, políticos e religiosos até que, em 1932, através do Decreto 21.076, o Código Eleitoral Brasileiro instituiu o direito das mulheres ao sufrágio facultativo, promulgado na Constituição de 1934 como dever.

Conforme Teles (2003, p. 48), a Assembleia Constituinte de 1946 não contou com a participação de nenhuma mulher. O documento elaborado não concedeu aos analfabetos o direito de voto, o que excluiu mais de 10 milhões de mulheres. Todavia, continuaram lutando.

A participação política das mulheres vai além das eleições. Envolve uma atuação ampla em todos os espaços sociais, lutando pela liberdade sexual, pelo direito ao divórcio e pela inserção no mercado. Nos anos de 1960 e 1970, muitas mulheres se envolveram em movimentos de contestação ao Regime Militar, incluindo a luta armada.

A partir de 1979, o Governo Militar promoveu uma reforma partidária para fragmentar a oposição. Isso resultou na lei Orgânica dos Partidos (Lei 6767), aprovada em 19 de dezembro de 1979, conforme Áurea Tomatis Petersen (1999 apud PEDROSO; TORRESINI, 1999, p.24). Com a extinção da Arena e do MDB, foi dado um prazo de 180 dias para a formação de novos partidos.

Em 1985, a Emenda Constitucional 25, de 10 de maio, promoveu novas alterações significativas no sistema partidário brasileiro. Dentre as alterações, destacamos a instituição do

direito ao voto aos analfabetos, a extinção da fidelidade partidária e o abrandamento das exigências para registro de partidos políticos.

Durante o Encontro Nacional da Mulher na Constituinte, realizado em Brasília no ano de 1986, o Movimento de Mulheres Camponesas propôs uma campanha de documentação. Nas eleições daquele ano, muitas não puderam participar devido à falta de documentos. Também não podiam se associar, disputar cargos, aposentar-se ou acessar créditos. A situação só foi regularizada na Constituição de 1988, considerada um marco no fortalecimento da democracia.

Devido à baixa representação de mulheres nas disputas eleitorais e para cumprir a norma prevista na Constituição, foi criada a Lei 12.034/2009, que definiu a cota mínima de 30% e a máxima de 70% para cada um dos sexos.

Segundo estudo divulgado na publicação "Estatística de Gênero: uma análise do censo demográfico 2010", lançada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Gênero, em 2014, o Brasil ainda "fecha portas" para as mulheres, a começar pela disparidade salarial e a presença em cargos de comando.

Contudo, em 2010, o cenário não impediu a eleição da primeira presidente do país, Dilma Rousseff, registrando a ampla possibilidade de realização dos indivíduos, para além das diferenças políticas, sociais e de gênero.

Segundo a Organização das Nações Unidas, pela primeira vez em todos os países do mundo, há mulheres parlamentares. O Brasil teve um recorde de candidatas negras, conforme matéria de março de 2023. Apesar disso, o

aumento da participação feminina é o menor em seis anos, e pelo ritmo atual, serão necessários 80 anos para alcançar a paridade de gênero no parlamento.

Portanto, notamos que a inserção da mulher na política se deu a passos lentos. A condição "pária", objeto de nossa reflexão, ressalta seu papel secundário e subalterno, ao mesmo tempo que serve de conscientização e resistência contra estruturas sociais em que se perpetuam desigualdades, discriminação, opressão e exclusão.

A autoidentificação como pária, segundo Varikas (2014), exprime um sentido de dignidade e orgulho; constroi, a partir do reconhecimento da exclusão, uma identidade positiva. De pária vitimizada, ela se coloca no lugar de uma "pária reivindicada e sublimada"; uma forma de ter lugar na sociedade como agente de transformação social e política.



* Cleonice é mestre em História (UFS - Campus Chapecó), Pós Graduada em História e Geografia Ambiental do Sul do Brasil (UNOESC - Joaçaba), Graduada e Bacharel e Licenciatura em História (UnC - Concórdia).



A sub-representação das mulheres negras nos espaços de poder e decisão

Por Rosilene Aparecida da Silva Lima*

Analisando retrospectivamente a participação feminina nos espaços de poder e decisão, vê-se claramente a reprodução da violência de gênero, cuja perversidade é intencionalmente moldada. A desigualdade, a discriminação e o sexismo vêm exigindo medidas legais para implementação de políticas públicas de promoção de igualdade e equidade de gênero em todos os espaços, inclusive para aumentar a representatividade político-partidário.

A construção da equidade de gênero nos partidos políticos e as cotas para mulheres sintetizam o quão urgente é a mudança societária. É o simples fato de ter leis garantindo a participação política das mulheres e a equidade de gênero nos espaços de poder e decisão revelam a agressividade, a discriminação e o preconceito vivenciados cotidianamente pelas mulheres.

No caso da mulher negra, estes fatores são ainda mais evidentes, pois há diferenças bastante significativas determinando as experiências e os lugares das mulheres. De acordo com a escritora bell hooks (2022, p. 27), “o racismo milita contra o reconhecimento dos interesses de mulheres negras”. Esse trecho ilustra como o racismo e o sexismo, simultaneamente, posicionam a mulher negra na base da pirâmide societária. Jurema Werneck, na introdução de Olhos d’água, de

Conceição Evaristo, menciona:

A mulher negra tem muitas formas de estar no mundo (todos têm). Mas um contexto desfavorável, um cenário de discriminações, as es-

tatísticas que demonstram pobreza, baixa escolaridade, subempregos, violações de direitos humanos, traduzem histórias de dor. Quem não vê? (EVARISTO, 2016, p. 09).



> Coletivos

Segundo o Boletim Especial 8 de março, Dia da Mulher - 2023, no 3º trimestre de 2022, as mulheres negras lideravam 21,5 milhões de lares (56,5%), e a renda média dessas famílias era de R\$ 2.362,00 mensais. No mesmo período, 43,9% das mulheres negras responsáveis por suas famílias estavam fora do mercado de trabalho e, entre as ocupadas, uma em cada quatro (25,3%) era empregada doméstica. 20,6% desse total eram de trabalhadoras domésticas sem carteira assinada e mais da metade não tinha nenhum benefício trabalhista (53,3%).

A falta de representatividade das mulheres negras nos espaços de poder e decisão perpetua e legitima o racismo e o sexismo; e aquelas que “ousam” estar nesses espaços geralmente estão expostas a todos os tipos de violências e constrangimentos. Esbarram nas intrigas internas dos partidos e das coligações e sofrem perseguições e opressões inclusive nos partidos mais progressistas. Muitas vezes, são vistas como intrusas e não merecedoras daquele lugar.

Como resultado dessas práticas opressoras, muitas mulheres negras deixam de participar das atividades político-partidárias ou, quando participam, são designadas para atividades de campanha para promover candidaturas masculinas, majoritariamente brancas. Quando uma mulher negra finalmente consegue se candidatar, a violência passa a ser praticada de outras formas, como pouco subsídio financeiro para a campanha, por exemplo.

Ao ser eleita, a mulher negra continua a ser violentada, principalmente se defende pautas que ameacem os grupos hegemônicos. Em alguns casos, a própria vida é amea-

“O racismo e o sexismo seguem operando nas estruturas políticas, econômicas e sociais, reproduzindo desigualdades e violências”.

çada e o assassinato da vereadora Marielle Franco é o caso mais emblemático no Brasil.

De acordo com dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral, as eleições de 2022 foram as primeiras em que o número de inscritos negros superou o de brancos: 49,57% se declararam negros (pretos e pardos) e 48,86%, brancos. Mas essa percentagem não se refletiu nos cargos mais altos. Foram 31,3% para senado; 38,6% dos candidatos a governador e 47,4% dos candidatos a deputado federal. O número de mulheres na disputa também aumentou, porém, a representatividade ainda é baixa e os espaços de poder e decisão continuam sendo predominantemente masculinos e brancos, apoiados pela maioria dos partidos e coligações.

Em 2022, foram eleitas 91 mulheres declaradas negras (pretas e pardas) para a Câmara de Deputados. Embora o número tenha aumentado, ainda é insuficiente e não reflete a realidade populacional do Brasil. A desigualdade de gênero e raça, ou seja, o racismo e o sexismo, seguem operando nas estruturas políticas, econômicas e sociais, reproduzindo desigualdades e violências.

Para as eleições de 2024, de acordo com levantamento realizado pela Folha de São Paulo (21 de abril de 2024), somente 20% dos pré-candidatos para as prefeituras das capitais são mulheres. Esse dado aponta os desafios das próximas eleições para garantir a representatividade real das mulheres negras no Executivo e no Legislativo municipais.

Trazendo novamente bell hooks (2022, p.36): “Apesar de o foco ser a mulher negra, nossa luta pela libertação somente tem significado se acontecer dentro de um movimento feminista que tenha por objetivo fundamental a libertação de todas as pessoas.”



* Rosilene é assistente social da Cevid/PJSC. Especialização Multidisciplinar em Saúde da Família (UFSC). Pós-graduação, Lato Sensu em Gestão de Conflitos no Judiciário Contemporâneo (CEJUR - Academia Judicial). Integrante do Coletivo de Negras e Negros do Judiciário de SC e do Coletivo Valente.



De grupo de mulheres a dirigentes sindicais: a trajetória política do Coletivo Valente

Por Cristiane Müller, Daniele Burigo e Ângela Daltoé Tregnago*

Coletivos são grupos de pessoas organizadas informalmente que adotam meios mais horizontais e flexíveis para a tomada de decisões. Não há um ato constitutivo registrado em cartório, por exemplo, indicando a data de criação e os nomes das pessoas que o fundaram.

Ao buscar reconstituir a história do nosso coletivo, contamos com alguns registros feitos pelo SINJUSC mas, principalmente, com as memórias das experiências das próprias 'valentes'. Talvez, diferente das histórias contadas pelos homens, marcadas pelo protagonismo de algumas 'mentes iluminadas' que acreditam que só há uma versão a ser contada, a nossa é um pouco mais difusa. Vamos costurando os retalhos de tecido para montarmos um pano maior. Aqui, nesta costura, pretendemos juntar algumas peças da(s) história(s) para mostrar um pouco do caminho trilhado pelo coletivo até chegar à direção do sindicato.

O Coletivo Valente é fruto de um processo histórico de participação das mulheres na diretoria e representações do SINJUSC. As mulheres são maioria na categoria de base do judiciário e sempre estiveram nos espaços sindicais. Embora muitas vezes não ocupassem postos de protagonismo ou tivessem direito a voz, construíram as bases para que esse espaço fosse se abrindo.

"Apesar dos espaços de poder e decisão política terem sido historicamente negados às mulheres, elas nunca abandonam a luta, inclusive nos sindicatos."

Antes da realização do primeiro encontro de mulheres, em agosto de 2017, em Florianópolis, já haviam sido propostas mesas para debater gênero em congressos e a formação de uma comissão para discutir o tema no âmbito do trabalho, pois a representação da classe trabalhadora pelo 'sujeito universal homem' não conseguia dar respostas às demandas das mulheres.

No evento de 2017, foi sugerida a formação de um coletivo vinculado ao sindicato, mas com autonomia organizativa. Também foi aprovada a proposta de produção de uma revista para dar visibilidade e voz a essas questões.

A revista – que ganhou o nome de Valente – foi lançada em 2018 e teve edições semes-

trais nos dois primeiros anos. No mesmo ano, foram organizadas rodas presenciais em algumas cidades para divulgar as edições da revista, ouvir e conversar com as mulheres.

Ainda em 2018, debateu-se a necessidade de nomear o grupo envolvido na elaboração da publicação e na organização dos encontros e rodas, utilizando o nome que já havia sido escolhido para a revista. Também foi criado um grupo no aplicativo WhatsApp para incluir pessoas mais diretamente envolvidas e interessadas em colaborar.

Na época, também tivemos as primeiras diretoras liberadas atuando pelo sindicato em um maior número e grandes ganhos vieram nessa organização do espaço sindical para as mulheres. A partir daí, o Coletivo Valente começou a tomar corpo e diversas mulheres foram se interessando ou sendo convidadas a participar. Um grupo ampliado de WhatsApp passou a compartilhar ideias, sugestões, vivências, debater os temas da edição futura da revista e dos encontros e a planejar todas as ações.

Em 2019, o SINJUSC, através do Coletivo Valente, lançou a terceira e a quarta edição da revista e promoveu o terceiro encontro de mulheres do judiciário.

No ano seguinte, com a pandemia de Covid-19, o grupo de WhatsApp tornou-se o maior



> Coletivos

meio de comunicação do coletivo, servindo de apoio a muitas mulheres. Com o crescimento do canal, que hoje tem mais de cem participantes, surgiu a ideia de criar um grupo de estudos para formação de forma virtual. Um espaço para estudo de livros, artigos, palestras com convidadas e também para planejar os próximos encontros de mulheres e a produção da revista.

Esse espaço de formação também tornou-se um 'lugar' de compartilhamento e acolhimento, que nos permitia rir e chorar juntas. A partir dos estudos, o grupo assumiu mais declaradamente a posição feminista e se organizou para combater a política negacionista e de misoginia explícita vigente no país.

Ainda em 2020, o coletivo lançou uma carta aberta à direção do Tribunal de Justiça de Santa Catarina denunciando a sobrecarga das mães trabalhadoras, o abandono institucional, exigindo diversas medidas para melhorias das condições de trabalho e por segurança no retorno à jornada presencial durante a pandemia e pautando um programa dirigido às mães dentro do judiciário catarinense.

No quarto encontro de mulheres, realizado em setembro de 2022 na cidade de Brusque, foi deliberado pelas participantes que a próxima presidência do SINJUSC fosse ocupada por uma mulher. Alguns dias depois, foi lançado nas redes sociais o manifesto do encontro.

O documento lembrou que as mulheres são a maioria da classe trabalhadora e estão presentes em todos os ramos de atividades, conhecendo como ninguém as agruras enfrentadas no cotidiano de quem trabalha e a necessidade urgente de transformação para a garantia

de uma vida digna para todas as pessoas. São arrimo de família, muitas vezes, e responsáveis pela reprodução social. E, apesar dos espaços de poder e decisão política terem sido historicamente negados às mulheres, elas nunca abandonam a luta, inclusive nos sindicatos.

O manifesto foi amplamente disseminado por mulheres de todo o estado e, nas eleições de 2022, foi eleita a atual gestão do sindicato para os três anos seguintes, com grande representatividade regional feminina, diretoria executiva composta majoritariamente por mulheres e cinco diretoras licenciadas para a atividade sindical.

Obviamente, o SINJUSC não é o único sindicato dirigido por mulheres. Porém, é um dos poucos do país em que elas ocupam tantos cargos e se reconhecem como integrantes de um grupo feminista. E não: isso não é qualquer coisa!

No meio sindical, as mulheres sempre estiveram presentes, mas muitas vezes invisíveis, trabalhando como suporte para um homem sindicalista que teve a opção de não assumir as tarefas do cuidado com família, filhos e casa. Para as mulheres sindicalistas, esta não é uma opção. Em meio a tanta sobrecarga e violência de gênero, o que as mantém em pé é estar em coletivo, fazendo isso juntas.



* Daniele Burigo Marques Heinzen é graduada em Direito e em Educação Física, Especialista em Novo Direito Civil e Processo, Atividade Física e Saúde, todos pela UNIPLAC. Especialista em Educação, Cultura e Diversidade (UNIASSELVI). É TJA no TJSC. Foi diretora do SINJUSC e do Fazendo Escola e é Conselheira Fiscal do SINJUSC.



* Cristiane Müller é agente administrativa auxiliar da comarca de Itajaí, dirigente sindical no SINJUSC e integrante do Coletivo Valente.



* Ângela Daltoé Tregnago é mestre em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, Assistente social do TJSC desde 2016 (em licença), dirigente sindical do SINJUSC e integrante do Coletivo Valente.



> Narrativas



ouça o áudio
desta matéria

A R. de abril - Quem é esta Mulher?

Por Maris Tonon*



Despontava o ano de 1984. Minha primeira oportunidade de ter um emprego e exercer a profissão de assistente social aconteceu na Secretaria de Bem-Estar Social da Prefeitura de Joinville. Era eu vinda do interior, em tempos de abertura política, no final da ditadura brasileira.

Joinville se constituía na maior cidade do estado, com uma economia baseada sobretudo na industrialização, permeada pelas contradições e crescente demanda de políticas públicas para a população que era captada por aquele segmento.

O município, então, desenvolvia um robusto Programa Educacional de atenção às crianças e adolescentes, cuja sistematização e metodologia estavam muito bem documentadas e cuja materialização contava com o reconhecimento dos atores envolvidos naquele processo.

Os Centros de Educação e Recreação Infantil (CERI) e os Centros de Educação e Recreação de Jovens (CÉRJ) estabeleceram-se em vários bairros da cidade, de acordo com a demanda. Destaco que esses projetos foram fundamentados com conteúdos revolucionários e emancipatórios, além do primor pela qualidade do ensino para as filhas e filhos das classes trabalhadoras. Considero esta uma experiência singular, de qualidade, fazendo contraponto a um cenário nacional de políticas precárias e compensatórias.



> Narrativas

A autora dessa política social é uma assistente social, profundamente comprometida com os direitos de cidadania, e que, nos anos em que estive em Joinville, não pude conhecer.

Contavam que ela havia sido presa dentro da Secretaria (seu local de trabalho), delatada pelo chefe de gabinete do prefeito, durante a denominada "Operação Barriga Verde", um dos braços repressores da ditadura militar então instalada no país. Fora presa por ter opiniões e ideais que se contrapunham à mesquinhez de um regime ditatorial aniquilante.

Acrescentaram que ela somente teria sido libertada ou saído da prisão após 11 meses, quando houve o relaxamento da medida, em 1977, e que sua absolvição nesse processo foi sentenciada em 1978. Os presos políticos, considerados inimigos do regime (ditadura), eram torturados com crueldade, considerados criminosos por terem uma "visão de homem" e de mundo diversa dos ditadores que governavam o Brasil.

Não obstante todo o horror que o terrorismo de Estado lhe causara, ela carregava a tristeza, provocada por uma tragédia familiar, que a fez afastar-se das suas coisas cotidianas e se tornar reclusa e alheia, tamanho fora seu sofrimento.

Por pesquisa, soube que ela nasceu no sul do estado, em um município vizinho a Tubarão. Ao conversar com a irmã de minha tia, esta relatou que ambas moraram juntas na residência estudantil, em Florianópolis, quando fizeram a graduação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

"Fora presa por ter opiniões e ideais que se contrapunham à mesquinhez de um regime ditatorial aniquilante."

Saber sobre R. (o nome foi preservado a pedido dela própria) permeou meus pensamentos por mais de quatro décadas. Por vezes, busquei nos depoimentos da comissão da verdade e nos anais vinculados aos Conselhos regional e federal de Serviço Social (CRESS e CFESS) alguma notícia acerca de sua trajetória naqueles anos de chumbo. As buscas foram em vão, pois não havia qualquer registro ou menção nesse sentido.

Ao participar de um curso sobre reparações históricas e direitos humanos, pude conhecer e entender os mecanismos que compõem as situações traumáticas e dimensionar o quão doloroso é acessar e reviver fatos e tais memórias. Assim, foi possível imaginar e compreender o quanto esse silêncio lhe foi necessário.

Para concluir, neste abril de 2024, em um evento na UFSC do qual participei, promovido pelo Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça, alusão aos 60 anos do golpe civil/militar, experimentei a grande emoção de conhecê-la e vê-la pela primeira vez. Fiquei a pensar na sua coragem e no quanto sua ideologia materializada em projetos e ações contribuiu e im-

pactou o cotidiano de muitos e o quão nefasto foi para nosso país viver um regime de exceção.



*Maris é assistente social, trabalhadora pública aposentada, sindicalizada, integrante do grupo de Gestão do Núcleo de Aposentadas e Pensionistas-NAP e do Coletivo Valente do SINJUSC. Conselheira Fiscal da Associação Catarinense dos Assistentes Sociais do Poder Judiciário -ACASPJ, é mãe de duas mulheres – Mayra e Luiza.



> Sugestões Valente

Por **Camila Betoni**

Trabalha no Fazendo Escola, centro de pesquisa e formação política fundado pelo SINJUSC em 2011 e hoje composto por mais cinco sindicatos. Faz doutorado em Sociologia e Ciência Política na UFSC e é ilustradora | @aycamelaa



Perseguição de professores, células neonazistas, feminicídio, injúria racial, levante conservador, passeio de jet ski na cidade dos prédios milionários. Faz um tempo que a gente se depara com Santa Catarina ocupando as piores manchetes políticas. Como moradora do estado, tenho algumas convicções. A primeira delas, é que precisamos pensar, entender, resgatar e reinventar esse lugar que já foi e é muitas outras coisas. Se não nós, quem? A segunda é uma fé imensa no poder das ciências humanas e das artes como ferramentas preciosas para cumprir essa tarefa. A terceira é a certeza de que nada disso será feito sem as mulheres. É disso tudo que saiu essa pequena lista.

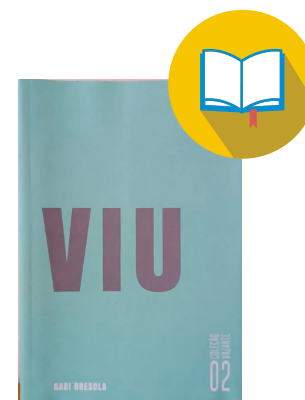


Eglê (2023) / Filme documentário

Escritora, poetisa, professora, militante comunista, roteirista do primeiro longa-metragem gravado em Santa Catarina e a primeira mulher a se formar em Direito no estado. Figura central do Círculo de Arte Moderna, Eglê Malheiros é tudo isso e muito mais. Sua trajetória é contada neste documentário dirigido por Adriane Canan e executado por uma equipe quase toda composta por mulheres. Saiba mais sobre o filme, lançado no aniversário de 95 anos de Eglê, e seu projeto de acervo em @eglemalheiros

Ma, Viu: de que gente que tu é? de onde tu veio? (2022) - Livro de artes visuais

Se eu pudesse, indicaria quase tudo o que eu já vi e que foi produzido pela Gabi Bresola. Artista visual formada pela UDESC, Bresola dirigiu o premiado curta Larfiagem, que conta a história de uma língua inventada por crianças na Herval d'Oeste dos anos 50. Este é só um dos trabalhos da artista que, através de diferentes linguagens, propõem reflexões sobre as identidades e pertencimentos catarinenses. Não podendo indicar a obra completa, sugiro conhecer o livro publicado pela CAIS Editora e que reúne alguns de seus trabalhos realizados entre 2017 e 2022.





> Sugestões



ouça o áudio
desta matéria



O Vapor e o Botoque (2007) / Livro de história

Nosso imaginário nos leva às caravelas portuguesas quando alguém menciona o choque de mundos provocado pelo encontro entre europeus e indígenas brasileiros. Escrito pela professora da UDESC Luisa Tombini Wittmann e publicado pela editora Letras Contemporâneas, *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)* conta uma história que está mais perto de nós no tempo e espaço: a história de um encontro violento que forjou a cidade de Blumenau e a percepção que a região do vale tem de si mesma. Bem documentado, o livro traz o relato de mulheres indígenas que sobreviveram aos massacres bugreiros da região.

Não alimente a escritora / Livro-poema

Em 2010, durante a Feira do Livro de Porto Alegre, Telma Scherer realizou uma performance e foi detida. A artista foi levada à delegacia escoltada por 10 policiais. Em 2022, Telma, que é professora de Literatura Brasileira na UFSC, lançou, pela Editora Urutau, o livro-poema *Não Alimente a Escritora*, mesmo título da performance. Em 2024, uma professora de Chapecó sofreu um processo administrativo por trabalhar o livro de Telma em uma sala de aula do Ensino Médio. Escandalizada, a deputada Ana Campagnolo (PL) condenou a aula da professora e reprovou o livro. Não sou uma grande leitora de poesia, mas tudo isso foi suficiente para que eu quisesse comprar o livro de Telma Scherer.



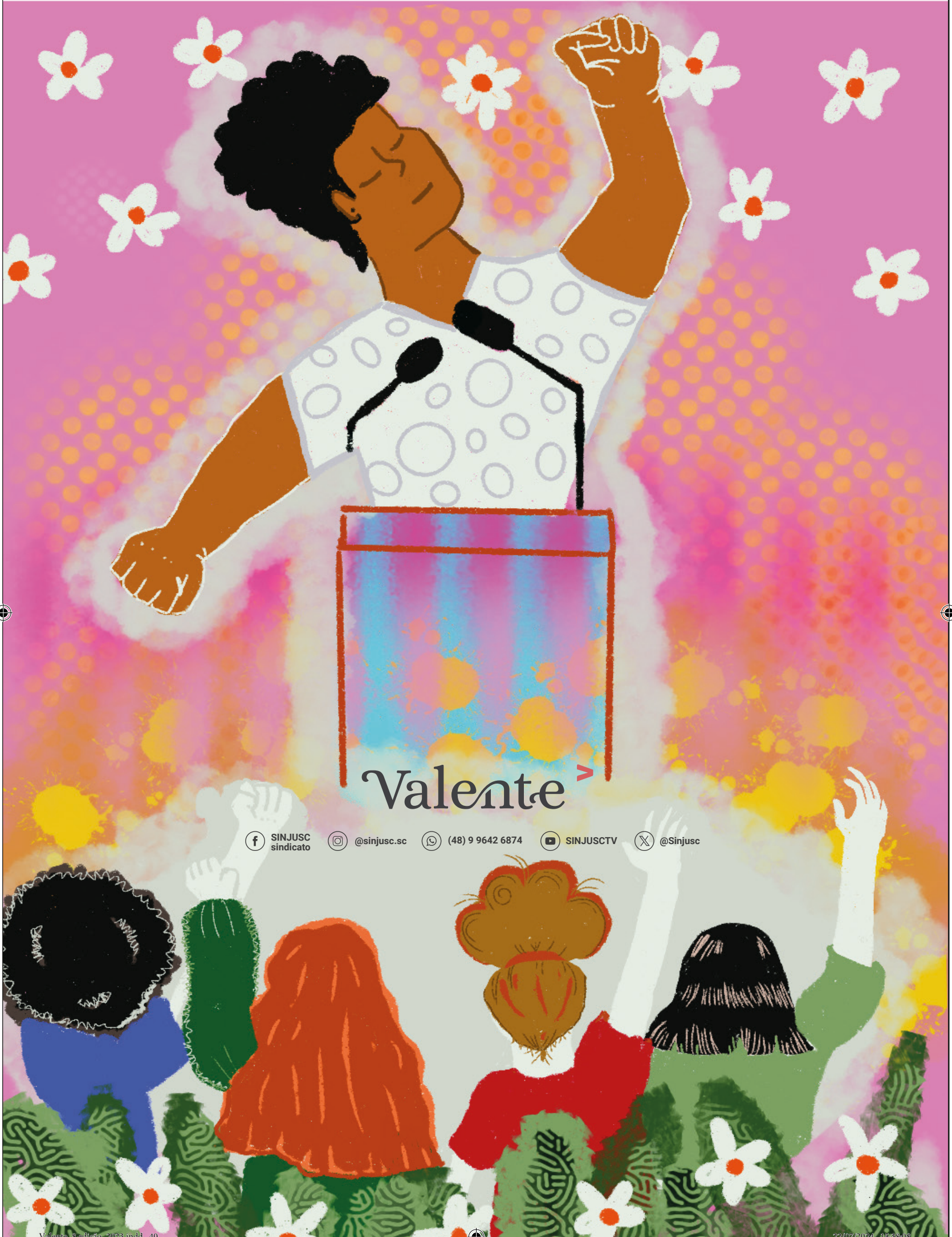
Coletivo NEGA / Grupo de artes cênicas

NEGA é uma sigla para Negras Experimentações Grupo de Artes. Formado sobretudo por artistas jovens residentes em Florianópolis, o coletivo completou 10 anos em 2020. É resultado de um projeto de extensão criado na UDESC e diretamente influenciado pela experiência histórica do Teatro Experimental Negro, fundado por Abdias do Nascimento nos anos 40. Além de ter montado performances coletivas como *Preta-à-Porter* e *Canto Para Quem é de Noite*, o NEGA também atua em projetos de educação e formação. Acompanhe o trabalho do NEGA em @coletivonega

Entre Linhas / Projeto de arte urbana

Criado pelo Coletivo Se Essa Rua Fosse Minha e viabilizado através de editais públicos de fomento à cultura, o projeto *Entre Linhas* promove um encontro bonito entre o mundo rural e a arte urbana no interior de Santa Catarina. O projeto é tocado pela fotógrafa Luana Callai e a colagista Kika Chmura, moradoras da cidade de Capinzal. No projeto, retratos de moradores são transformados em lambes que marcam na paisagem do interior um sentido de pertencimento local. O projeto também oferece oficinas e abre espaços de debate sobre fazer arte fora dos grandes centros do estado. Conheça as intervenções em @coletivo.narua





Valente >



SINJUSC
sindicato



@sinjusc.sc



(48) 9 9642 6874



SINJUSCTV



@Sinjusc